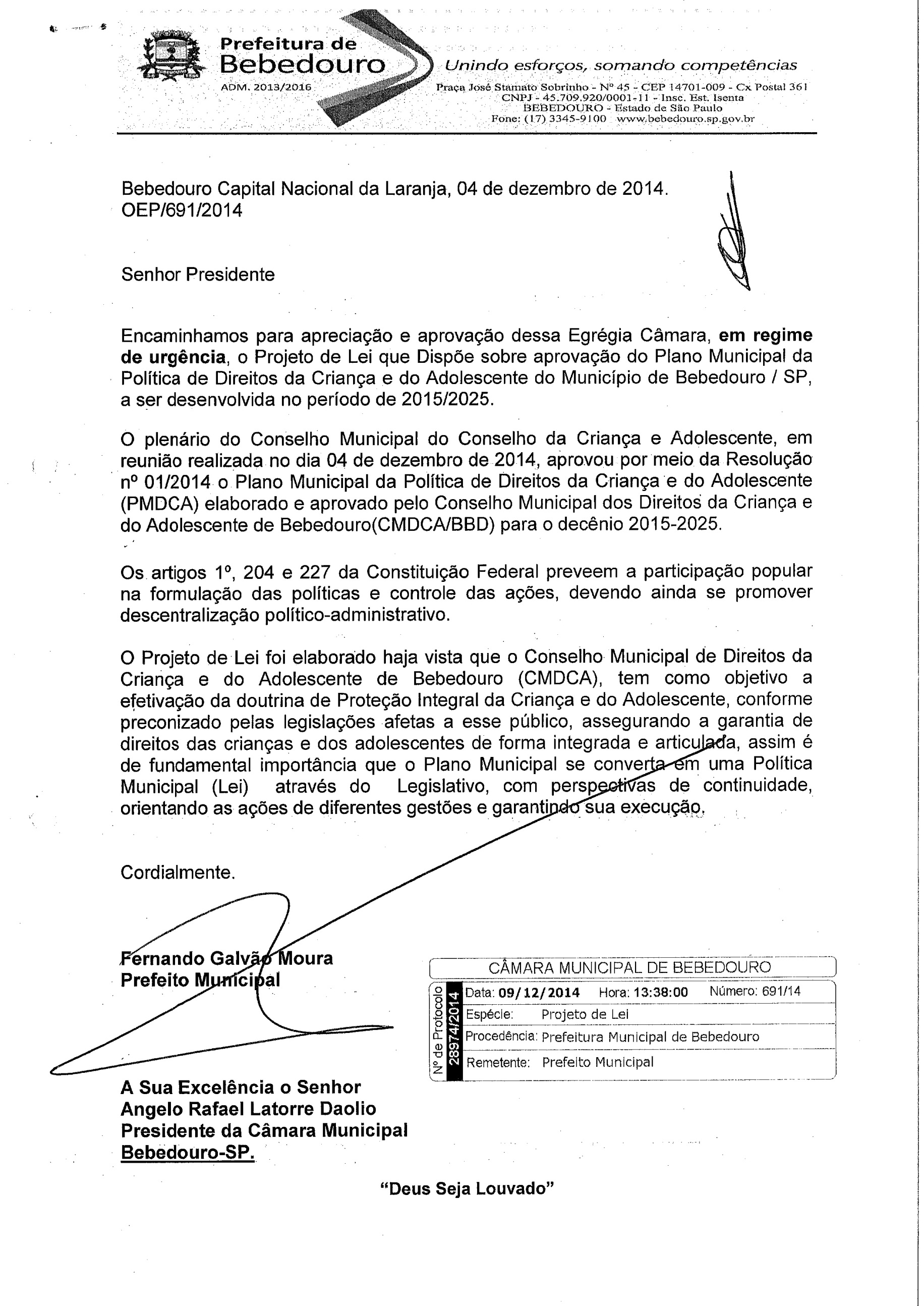
****

**Anexo**

**RESOLUÇÃO N. º 001/2014**

Dispõe sobre Plano Municipal da Política de Direitos da Criança e do Adolescente (PMDCA) elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente DE BEBEDOURO, para o período de 2015/2025.

O coletivo dos conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro, pela sua presidência e no uso de suas atribuições legais e regimentais, após processo democrático de elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (PMDCA), aprovou na íntegra as ações e metas constantes do PMDCA para o período de 2015 / 2025, em reunião extraordinária do CMDCA em 04 de Dezembro de 2014.

**RESOLVE:**

Aprovar o Plano Municipal da Política de Direitos da Criança e do Adolescente (PMDCA) cujas ações e metas previstas para o período de 2015 em diante, de competência do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro, elaborado de forma democrática e participativa com o conjunto de atores do sistema de garantia de direitos, através da realização de Oficinas Temáticas e de Encontros da Rede de Proteção, monitorado cotidianamente pela Rede Criança e Adolescente, em Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em 04 de Dezembro de 2014, com a seguinte redação em anexo:

Art. 1º - A Constituição da República Federativa do Brasil (CF) de 1988 introduz uma nova dimensão às políticas públicas da infância e da adolescência ao declarar no artigo 227 a absoluta prioridade à promoção da proteção integral da criança e do adolescente.

Art. 2º - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei Federal nº 8.069 de 13 de julho de 1990, garante à criança e ao adolescente todos os direitos constantes da Convenção sobre os Direitos da Criança, no plano internacional e destaca o princípio democrático da participação do conjunto de atores do sistema de garantia de direitos e da sociedade civil no processo de formulação, execução, acompanhamento e controle das ações públicas de promoção e defesa de direitos da criança e do adolescente.

Art. 3º - Amparado no artigo 204, da CF, o ECA apresenta um novo modelo de gestão das políticas públicas aos direitos da população infanto-juvenil baseado no princípio da democracia participativa, efetivada através dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente. Ao qual cabe trabalhar incansavelmente pelos direitos estabelecidos no ECA, além das medidas protetivas e especiais:

- direito à vida e à saúde;

- direito à liberdade, ao respeito e à dignidade;

- direito à convivência familiar e comunitária;

- direito à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer;

- direito à profissionalização e à proteção ao trabalho.

Art. 4º – O ECA dispõe em seu artigo 5º que “nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da Lei, qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais”.

Art. 5º – O ECA prevê também um conjunto de medidas socioeducativas, em regime aberto e em regime fechado, a serem aplicadas ao adolescente quando da prática de ato infracional e da garantia do devido processo legal (ECA, Livro II, 1990).

Art. 6º - Considerando as atribuições Legais, conferidas ao CMDCA de Bebedouro, fica estabelecido que o PMDCA abordará os eixos temáticos do Plano Decenal, aprovado em Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, quais sejam:

EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Art. 7º - A estratégia de efetivação dos eixos programáticos constantes do PMDCA de Bebedouro será viabilizada a partir das prioridades definidas em cada um dos eixos, podendo ser realizadas através de programas orçamentários ou extraorçamentários e elaboração de projetos (governamentais ou não governamentais) específicos para cada ação.

Art. 8º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**Rita de Cássia Salvador Pinto de Almeida**

**Presidente**

***PLANO MUNICIPAL DE***

***POLÍTICAS DA CRIANÇA E DO***

***ADOLESCENTE DE***

***BEBEDOURO/SP***

**Data**

Novembro de 2014

**Prefeito Municipal**

Fernando Galvão Moura

**Secretaria de Municipal de Defesa, Desenvolvimento Social e Cidadania**

Archibaldo Brasil Martinez de Camargo

**Rede Criança e Adolescente de Bebedouro**

Lucimara Eliane Lopes.

**Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Biênio 2012/2014.**

Rita de Cássia Salvador Pinto de Almeida.

**Conselheiros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente Biênio 2012/2014**.

Representantes da Sociedade Civil:

* APAE - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIOANAIS DE BEBEDOURO –

Rita De Cássia Salvador Pinto De Almeida

Mari Ângela Paiva De Almeida

* ARTSOL – ASSOCIAÇÃO ARTE E SOLIDAREDADE

Simone Cristina Paula De Alencar

Karina Carla De Oliveira

* CAECC – CENTRO ASSISTENCIAL ESPIRITA “DO CALVARIO AO CEU” –

Zélia Barão Varalda

Juliana Padovan Da Silva

* CASA DE SANTA CLARA

Flavia Traversim

* CASA SANTO EXPEDITO –

Jalili Carlomagno Saleh Gomes

* DCA – DESENVOLVENDO A CRIANÇA E O ADOLESCENTE –

Sônia Aparecida Ribeiro Colósio

Esmeralda Cristina Simões Malerba

* EDUCANDÁRIO

Samira Bilória Pedroza

Fabiana Cristina Lavoura Ramos

Representantes Governamentais:

* DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Maria De Fátima Do Carmo

Ana Luzia Bernardes Ferreira

* DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PROMOÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

Lucimara Eliane Lopes

Verônica Elisa Matos De Campos

* DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE SAÚDE

Regina Célia Silva Costa

Gisele Cristina Rui

* DEPARTAMENTO JURÍDICO

Caio Cezar Ilário Filho

Michele Ap. Marques Migliorucci

* DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ESPORTE

Claudecir José Gonçalves

Alexandre Ap. Da Silva Ribeiro

* DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE FINANÇAS

Luís Rogério Padovan Inácio

Paulo Antônio de Mello Bernardo

* GUARDA CIVIL MUNICIPAL

Gcm Júlio Marques Madeira Neto

Gcm Arthur F. Dos Santos F. Gouvea

**Elaboração**

A Rede Criança e adolescente de Bebedouro e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro/SP – CMDCA – Biênio 2012/2014, apresenta o Plano Municipal de Políticas da Criança e do Adolescente de Bebedouro/SP”, criada pela **Resolução CMDCA 001/2014.**

Novembro de 2014.

Coordenação

Rede Criança e Adolescente de Bebedouro/Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

**SIGLAS**

CMAS Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CME Conselho Municipal de Educação

CMS Conselho Municipal de Saúde

CNAS Conselho Nacional de Assistência Social

CNJ Conselho Nacional de Justiça

CONANDA Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

CONSEG Conselho Municipal de Segurança

CRAS Centro de Referência da Assistência Social

CREAS Centro de Referência Especializado da Assistência Social

CT Conselho Tutelar

ECA Estatuto da Criança e do Adolescente

FMAS Fundo Municipal da Assistência Social

FMDCA Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

LDO Lei de Diretrizes Orçamentárias

LOA Lei Orçamentária Anual

LOAS Lei Orgânica da Assistência Social

MEC Ministério da Educação

MJ Ministério da Justiça

MP Ministério Público

MCMV Minha Casa Minha Vida

ONG Organização Não Governamental

SINASE Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo Sistema de Informação para a

Infância e Adolescência

SME Secretaria Municipal de Educação

SUAS Sistema Único de Assistência Social

**A emergência de uma nova visão de proteção e desenvolvimento**

Experiências concretas de desenhar e aplicar programas inovadores de fortalecimento da sociedade civil e de promoção da inclusão e desenvolvimento, conduzidas por múltiplos atores no Brasil têm aportado importantes elementos para uma nova visão:

- ao invés de privilegiar a oferta de recursos, investir nas capacidades das pessoas e em ambientes sociais favoráveis;

- ao invés de ficar esperando tudo do Estado, construir parcerias entre indivíduos e organizações da sociedade civil, empresas e governos, em todos os níveis, para executar programas inovadores de investimento em capital humano e em capital social;

- ao invés de privilegiar a satisfação das necessidades das populações, apostar nos ativos que toda comunidade possui;

- ao invés de partir de diagnósticos burocráticos de carências e ficar lamentando a falta de recursos orçamentários, partir do mapeamento das potencialidades que já existem em estado latente e podem ser dinamizadas, alavancando novos recursos;

- ao invés de ficar esperando que alguém, de cima ou de fora, venha resolver os problemas de uma localidade, exercer o protagonismo comunitário, tomar iniciativas, agregar competências e assumir responsabilidades para promover o desenvolvimento local.

Essa é uma nova onda que vem se avolumando nos últimos anos: a onda do desenvolvimento de dentro para fora, de baixo para cima, com base nas capacidades das pessoas e nos recursos das comunidades. Essa nova visão pode alterar profundamente a forma de atuação de governos, empresas e organizações da sociedade civil.

Programas centralizados, assistencialistas e clientelistas não conseguem acabar com a pobreza e reduzir a desigualdade. A sociedade, muitas vezes em parceria com governos e empresas, já vem tomando iniciativas na promoção de processos integrados e sustentáveis em numerosas localidades do país. Agora é a hora de impulsionar essa movimentação, fortalecê-la e expandi-la.

Augusto de Franco

**I – APRESENTAÇÃO**

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Bebedouro (CMDCA) apresenta o Plano Municipal das Políticas de atenção à criança e ao adolescente para o período de 2015/2025, objetivando efetivar a Doutrina da Proteção Integral da criança e do adolescente, conforme preconizado pelas legislações afetas a este público.

Para a elaboração deste documento, foram consideradas as diretrizes recomendadas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, Conselho Estadual de Defesa da Criança e do Adolescente – CONDECA, as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto ao processo de Reordenamento da Rede de Serviços de Atenção à Criança e ao Adolescente, bem como a indicação das políticas públicas afeta à criança e ao adolescente e os dados gerados pelo Conselho Tutelar do município e do Programa Prefeito Amigo da Criança/Abrinq.

Além disso, as prioridades definidas pelas Políticas Públicas no Plano estão fundamentadas nas demandas identificadas através das Oficinas para Elaboração do Plano de Ação do CMDCA e Elaboração do Plano Municipal para a Infância e adolescência do Município de Bebedouro, realizado no período de 2013/2014 pela Empresa de Assessoria **DI≠ERENTE AÇÃO** e também pelo Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Portanto, o Plano retrata a realidade e os interesses do Município em relação à prioridade de tratamento dirigida ao segmento criança e adolescente e suas respectivas famílias.

Desta forma, o objetivo desse Plano é a formulação e implementação de Políticas Públicas que assegurem a garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes de forma integrada e articulada entre todos os programas.

**II – PRINCÍPIOS**

Os princípios adotados no Plano Municipal das Políticas de atenção à criança e ao adolescente baseiam-se na Legislação vigente: a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei Federal nº 8.069/1990 e nas Leis Municipais de Criação do Conselho da Criança e do Adolescente 4798/2014; Plano Nacional de Promoção, Defesa e Garantia do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária e Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE; Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes - CONANDA; sendo:

• Efetivação da Doutrina da Proteção Integral para todas as crianças e adolescentes do município;

• Universalização do acesso ao atendimento conforme as peculiaridades e especificidades de cada criança e adolescente;

• Respeito e trato a toda criança e adolescente com dignidade;

• Criação de condições para o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente;

• Defesa dos interesses da criança e do adolescente.

• Crianças e adolescentes como prioridade absoluta do Estado e sociedade civil;

• Crianças e adolescentes como sujeitos de direitos;

• Preservação dos vínculos familiares e comunitários.

**III – DIRETRIZES**

• Integração do governo municipal e sociedade civil na garantia do atendimento e defesa dos interesses da criança e do adolescente, com desenvolvimento de ações em rede;

• Ampliação da participação dos sujeitos envolvidos com a causa da criança e do adolescente, principalmente na definição das prioridades de cada órgão, afetas direta ou indiretamente a criança e ao adolescente devem atender prioritariamente as deliberações do CMDCA.

• Primazia da responsabilidade do Estado na execução das ações para a garantia dos direitos da criança e do adolescente;

• Priorização da centralidade sociofamiliar nos serviços governamentais e não governamentais de todas as Políticas Públicas;

• Avaliação quanto à capilaridade de serviços de referência municipal para definição quanto à manutenção da centralidade ou a necessidade da descentralização;

• Integração das ações direta ou indiretamente afetas as crianças e adolescentes do Município de Bebedouro, as quais devem ser planejadas, executadas e avaliadas de forma articulada entre as diversas políticas públicas; entre os conselhos afetas a área, entre a rede de serviços e entre os territórios;

• Execução das ações na perspectiva da complementaridade da rede, considerando as especificidades de cada região, inclusive o recorte de renda e, as proposições devem estar fundamentadas em dados oficiais, para que os serviços possam ser implantados e implementados de forma a atender as necessidades e especificidades de cada região**;**

• Implantação e ou ampliação de serviços afetas ao segmento devem ser planejadas de forma descentralizada, priorizando o atendimento das comunidades com maior índice de vulnerabilidade;

• Fomento à participação da população no controle social das ações em todos os níveis.

**3.1 OBJETIVO**

Definir e acompanhar a execução das prioridades deliberadas na Plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, respeitando as demandas e especificidades territoriais, primando pelo desenvolvimento das ações na perspectiva da intersetorialidade e complementaridade das Políticas Públicas, com a previsão orçamentária e a aplicação efetiva de recursos co-financiados pelas três esferas de Governo – Orçamento Criança.

**3.2 METAS**

Acompanhar a execução das ações previstas nesse Plano, garantindo a sua inclusão no Plano Plurianual 2.016 – 2.020, na proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias e na proposta da Lei Orçamentária Anual do respectivo período, consolidando-se a Política Municipal de Atenção às Crianças e Adolescentes na perspectiva da Prioridade Absoluta no Município de Bebedouro, em consonância ao preconizado no Estatuto da Criança e do Adolescente.

**IV – INTRODUÇÃO**

No final da década de 80 houve um avanço no processo de democratização do País, resultado de uma ampla mobilização de diferentes setores da sociedade civil, movimentos organizados de categorias profissionais, partidos políticos e organizações comunitárias. Esse movimento, que se traduziu como um grito rumo à cidadania e contra a repressão concretizou-se através de Constituição Federal de 1988, intitulada como a Constituição Cidadã por tratar, entre outros, dos direitos e garantias fundamentais, dos direitos individuais, coletivos, sociais e políticos e por estabelecer a criança e o adolescente como prioridade absoluta.

Concomitante a esse processo, no âmbito mundial a questão da criança e do adolescente ganhou centralidade com a Declaração Mundial sobre a Sobrevivência, a Proteção e o Desenvolvimento da Criança nos Anos 90, que procurou através de pactos nacionais e mundiais, romper com a exploração sobre a criança e o adolescente, encarando-os como sujeitos de sua história, inseridos num contexto familiar, comunitário e social, em que os direitos fundamentais precisam ser garantidos para o seu desenvolvimento integral.

Aqui compreendemos desenvolvimento integral como:

• o desenvolvimento dos aspectos físicos da criança e do adolescente enquanto altura, peso, movimento e outros;

• o desenvolvimento dos aspectos psicológicos relacionados à formação da identidade pessoal e social, ao desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas e de relações interpessoais saudáveis;

• o desenvolvimento das capacidades de viver socialmente e de relacionarem-se de forma produtiva com as instituições sociais, tais como família, escolas, bens culturais e outras;

• desenvolvimento dos aspectos concernentes à moral e à ética que regem a vida do ser humano;

• desenvolvimento da autonomia para uma vida independente.

Neste sentido, no Brasil, instituiu-se a Lei Federal nº 8.069/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, que trouxe mudanças no campo dos Direitos da Infância e da Adolescência, tanto nos direitos individuais quanto coletivos (econômicos, sociais, familiares).

Em 2.007, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente e Conselho Nacional de Assistência Social deliberaram e instituíram o Plano Nacional da Convivência Familiar e Comunitária, fundamentado nos direitos humanos, na doutrina da proteção integral, introduzida pela Convenção sobre os Direitos da Criança e reafirmada no art. 227 da Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Desta forma, uns dos grandes desafios se configuram na efetivação da integração das Políticas Públicas e na execução dos diversos serviços existentes, de maneira que juntos eles aperfeiçoem os recursos e assegurem um atendimento abrangente e de qualidade, aproximando-se cada vez mais da proteção integral.

Assim, obedecendo aos princípios de descentralização e municipalização do atendimento preconizado pela Constituição Federal, os serviços que operacionalizam as políticas sociais básicas se dão prioritariamente no município. É, portanto, no âmbito do município, que devem estar centralizados os esforços para essa difícil integração, uma vez que esses serviços são organizados setorialmente.

O Município de Bebedouro, através da sociedade civil organizada e governo municipal, têm empreendido esforços na concretização de ações que garantam a viabilidade do pleno desenvolvimento de suas crianças e adolescentes, tanto no âmbito da proteção social básica quanto no nível da proteção social especial de média e alta complexidade, conforme poderá ser identificado no decorrer deste documento. Cabe ressaltar que para os desafios que ainda se faz presente busca-se estabelecer um debate permanente entre os atores e sujeito comprometidos com a causa da criança e do adolescente a fim de encontrar os caminhos necessários para superação de tal situação.

**V. MARCO SITUACIONAL**

No ano de 2013 e inicio de 2014, a Rede Criança e Adolescente, juntamente com o CMDCA, Conselho Tutelar, Grupo de Trabalho do Programa Prefeito Amigo da Criança, representantes da Educação, Saúde, Promoção e Assistência Social, Esporte, Cultura, Executivo, Legislativo, Judiciário, Instituições, Comunidade e Adolescentes, realizou uma análise da atual conjuntura do Município de Bebedouro, através de:

**\*** Coleta de Dados em forma de questionário, junto aos principais Departamentos, Órgãos e Serviços ligados à infância e juventude;

**\*** **02** Oficinas para Elaboração do Plano de Ação do CMDCA e **04** Oficinas para Elaboração do Plano Municipal para Infância e adolescência do Município de Bebedouro e análise do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, através de Assessoria Técnica e Especializada realizadas pela Empresa **DI≠ERENTE AÇÃO/ SP**; com a participação das representatividades descritas acima, a fim de garantir uma análise dentro de uma visão sistêmica e intersetorial.

Na ocasião foram realizados discussões e estudos das legislações vigentes (ECA / LOAS/ SUAS / Resoluções e Deliberações CONDECA-CONANDA-CNAS, concepções do trabalho em rede, além do mapeamento dos serviços, programas, projetos e instituições que compõem a Rede de Atenção e Proteção a Criança e ao Adolescente, desta forma conclui-se que:

A composição e a organização do SGDCA, dentro do município possui os aspectos essenciais para um trabalho em rede, assim como os mais diversificados programas, projetos, serviços e instituições de atenção e proteção a crianças, adolescentes e famílias, atendendo os princípios do ECA, nas dimensões do seu Art. 4º e Art. 86º. No entanto, observa-se que ainda existem muitas dificuldades e desafios que a Rede de Atenção e Proteção precisa superar para que o trabalho aconteça de forma a garantir todos os direitos às crianças e aos adolescentes enquanto sujeitos em desenvolvimento. Dentre os principais desafios, destacamos alguns conceitos necessários, a serem adotados por todos os atores que compõem o SGDCA na articulação do trabalho em Rede tais como:

Confiança; Colaboração; Parceria; Construção coletiva; Respeito; Imparcialidade, Horizontalidade; Intersetorialidade; Autonomia; Diálogo e negociação; Co-responsabilidade e Planejamento.

No que diz respeito ao atendimento e atenção, faz-se necessário destacar que apesar da existência dos serviços fundamentais, não está garantido ainda à proteção integral e integrada as crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos, principalmente àqueles previstos em lei, pois após análise do conteúdo e contexto apresentado no mapeamento realizado, percebe-se a necessidade de adequações, ampliações e reestruturações nas mais diversas áreas, deste: estrutura física, recursos humanos e financeiros, em vários setores, serviços e programas do município, a começar pelos preceitos contidos no Art. 4º do ECA, que tem como viga mestra a DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL, que está enunciada na Constituição Federal de 1988, em seu art.227. O artigo 227 da nossa CF é reconhecido na comunidade internacional como a melhor SÍNTESE da convenção da ONU de 1989 que dispõe sobre os direitos fundamentais de crianças e adolescentes. Tem como teor que é DEVER da FAMÍLIA, da SOCIEDADE e do ESTADO (latu sensu) assegurar à criança e ao adolescente, COM ABSOLUTA PRIORIDADE, o direito à vida à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Analisamos assim:

**Direito à vida**: A Constituição Federal garante que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O direito à vida é o mais fundamental de todos os direitos, já que se constitui em pré-requisito à existência e exercício de todos os demais direitos. A Constituição Federal proclama, reforçando o direito à vida, cabível ao Estado assegurá-lo em sua dupla acepção, sendo a primeira relacionada ao direito de continuar vivo e a segunda de se ter vida digna quanto à subsistência.

O início da mais preciosa garantia individual deverá ser dado pelo biólogo, cabendo ao jurista, tão somente, dar-lhe enquadramento legal, pois do ponto de vista biológico a vida se inicia com a fecundação do óvulo. Assim a vida viável, portanto, começa com a nidação, quando se inicia a gravidez. Conforme adverte o biólogo Botella Lluziá, o embrião ou feto representa um ser individualizado, com uma carga genética própria, que não se confunde nem com a do pai, nem com a da mãe, sendo inexato afirmar que a vida do embrião ou do feto está englobada pela vida da mãe. A constituição, é importante ressaltar, protege a vida de forma geral, inclusive uterina.

Dessa forma é necessário refletir sobre os dados informados pelo Departamento Municipal de Saúde em 2013, que apontam: dos nascidos vivos (837) mais de 26% ou seja (219) não passaram pela atenção e atendimento Pré-Natal ou passaram por menos de duas consultas, o que pode ocasionar diversos problemas de saúde, inclusive um índice de 35% (77) crianças nascidas com baixo peso e 0,2% permaneceram até os 7 meses sem certidão de nascimento. Apesar de o município possuir o Comitê de Mortalidade Infantil, e todos os óbitos serem investigados, ainda temos uma taxa 9,56% de mortalidade em crianças até 01 ano.

As informações colhidas nas oficinais através de representantes das diversas áreas da rede de atendimento, apontam que grande parte desta problemática deve-se a uma vulnerabilidade das famílias tendo como causas principais o uso de substancias psicoativas, e como causas secundárias a violência intrafamiliar, desemprego e inexistência de uma fonte de renda e por ultimo moradia.

Atualmente o município não possui uma UTI neonatal. Com a construção das novas instalações do Hospital Estadual essa demanda será atendida, no entanto salienta-se que será uma ação em médio prazo, sendo necessário ainda fortalecer as parceiras já estabelecidas com outros municípios como Barretos, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto.

**Direito à Saúde**: O Direito à saúde é parte de um conjunto de direitos chamados de direitos sociais, que têm como inspiração o valor da igualdade entre as pessoas. No Brasil este direito apenas foi reconhecido na Constituição Federal de 1988, antes disso o Estado apenas oferecia atendimento à saúde para trabalhadores com carteira assinada e suas famílias, as outras pessoas tinham acesso a estes serviços como um favor e não como um direito. Durante a Constituinte de 1988 as responsabilidades do Estado são repensadas e promover a saúde de todos passa a ser seu dever:  *“A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação”.* Constituição Federal de 1988, artigo 196.

O Município possui três hospitais (Santa Casa - Unimed II; Samaritano - Unimed I; e Hospital Municipal Júlia Pinto Caldeira), treze postos de saúde (2 unidades básicas de saúde, 4 conglomerados que incluem unidade básica de saúde e programa saúde da família, e 7 programas de saúde da família), um laboratório municipal de saúde pública, um ambulatório de especialidades, um ambulatório de saúde mental, um hemocentro, um pronto socorro (anexo ao Hospital Júlia Pinto Caldeira), um pronto socorro infantil (Pronto Socorro Dr. Pedro Paschoal), e uma centro de combate ao câncer (Fundação Abílio Alves Marques).

Observa-se que apesar do munícipio possuir uma vasta rede de atenção a saúde, encontramos alguns problemas estruturais nos atendimentos dos PSFs e ESFs, correspondentes a recursos humanos, dificultando uma ação mais efetiva no que diz respeito à saúde básica.

Bebedouro possui um Pronto Atendimento infantil e um Hospital Municipal contendo maternidade, berçário e pediatria, as deficiências apontadas também são no sentido de um atendimento mais rápido e eficiente e um acolhimento humanizado por falta de RH especializado.

Também devemos destacar na área de saúde mental, que o município possui o CAPS e CAPS I, serviços que atendem demandas específicas segundo regulamentação do Ministério da Saúde através de atendimentos individuais. Oficinas terapêuticas, atendimento familiar atividades de inserção social, socioculturais e socioesportivas, no entanto desde o ano de 2009 o CMDCA, juntamente com as demais instituições e serviços do SGDCA tem apresentando ao poder público, através do levantamento de demanda e das deliberações do CMDCA nº 011 / 2010; e nº 020/2012, as necessidades de um Centro de Atendimento e Referência para as especialidades em Fonoaudiologia, Psicologia, Terapia Ocupacional, e psicopedagogia. Atualmente no Departamento Municipal de Saúde Mental encontra-se uma lista de espera de 566 indivíduos para as especialidades em Psicologia, Terapia Ocupacional, Psicopedagogia, ainda existindo uma demanda reprimida de encaminhamentos dos serviços e instituições da rede de atendimento de 101 crianças e adolescentes para atendimentos na especialidade em Fonoaudiologia.

Ainda neste sentido, salientamos a importância da implantação deste Centro de Atendimento e Referência, no que diz respeito a profissionais especializados no atendimento às crianças e adolescentes com suspeita de abuso sexual, conforme fluxograma criado pelas oficinas realizadas no mês de maio/2014 nos encontros da Rede Protetiva, uma vez que o CREAS, em função de sua regulamentação, atendendo apenas vítimas com confirmação de abuso.

No ano de 2013 foi implantado o COMAD (Conselho Anti-Drogas), com uma comissão que realiza um trabalho de prevenção junto às escolas, no entanto devemos salientar que não existe o CAPS AD ou Centro de Especialidades para atendimento Clínico e de Triagem para esta problemática, alguns casos são atendidos pelo CAPS, o que aumenta ainda mais a demanda destes serviços, pois no ano de 2013 foram atendidos no CAPS I 34 crianças e adolescentes de 12 a 18 anos com envolvimento com drogas líticas e ilícitas destes 09 necessitaram de internações, já no primeiro semestre de 2014 foram atendidos 31 criança e adolescentes de 12 a 18 anos dos quais 05 foram internados em clínicas para dependentes, **observamos aqui uma demanda crescente no município, caracterizando uma vulnerabilidade com grande necessidade de programas, projetos, serviços e campanhas de prevenção, atendimentos e encaminhamentos, com ações articuladas dentre as mais diversas áreas de rede de atendimento municipal, inclusive visando o atendimento e atenção às famílias no que diz respeito à prevenção, além de estabelecer novas parcerias com Clínicas de Recuperação e comunidades Terapêuticas.** No ano de 2013 tivemos um número de atendimentos no Ambulatório de Saúde Mental adulto de 669 indivíduos envolvidos com drogas licitas e ilícitas sendo que destes 27 homens e 04 mulheres foram internados em clinicas para dependentes químicos.

Ainda no que diz respeito a saúde, os dados de 2013, apontam que foram realizados 02 partos normais e 06 partos cesarianos em crianças e adolescentes de 10 a 14 anos, 17 partos normais e 65 partos cesarianos em adolescentes de 15 a 19 anos, 01 parto cesariano em gestação de alto ressico em adolescentes de 15 a 19 anos e 9 curetagem pós abortamento em adolescentes de 15 a 19 anos, totalizando um número de 97 procedimentos realizados entre crianças e adolescentes de 10 a 19, **considerando a população de crianças e adolescente no município. Esta demanda é expressiva mostrando a necessidade emergente de programas integrados e articulados entre a rede de atendimentos, sobre prevenção a gravidez precoce e planejamento familiar.**

**Direito à alimentação;** Para garantir os direitos sociais, que a Constituição Federal brasileira define como direitos individuais e coletivos é preciso criar e estruturar sistemas públicos com este objetivo. Para isso foram criados o Sistema Único de Saúde (SUS), o Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e, mais recentemente, em 15 de setembro de 2006, o Sistema de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN). Apesar de os serviços da Saúde como os programas do governo estadual, e Educação como os programas de merenda escolar garantirem um aleitamento e uma alimentação de qualidade, a inclusão do suco de laranja para mais de 7 mil alunos da rede municipal de ensino e também da laranja descascada na merenda escolar como fonte de vitamina C ajudando na preservação da saúde e incentivando o consumo de alimentos saudáveis desde a primeira infância, devemos pensar que esses são direitos fundamentais para a vida do indivíduo, devem ser

ampliados para que todos tenham acesso e incentivados à ampliação, **neste sentido observamos que no orçamento municipal não possui recursos suficientes para programas na área de assistência social, oferecendo serviços paliativos de auxílio emergencial nos casos de alta complexidade atendidos pela rede de atenção. Muitas vezes este suporte vem através de instituições, clubes de serviços ou igrejas sendo necessário garantir, dentro da Política de assistência social, atendimentos dentro das suas necessidades.**

**Direito à Educação:** A educação é um direito humano fundamental em si mesmo, sendo essencial para o desenvolvimento humano e garantia o gozo de outros direitos.

No entanto, o livre acesso à educação já não é considerado suficiente para garantir o direito desta. Outros três requisitos devem ser tomados em consideração: **Oportunidades iguais; Educação de qualidade; Educação para o pleno desenvolvimento humano.**

**A educação é em si mesmo um direito e um dever. Para compreender melhor a obrigatoriedade da educação e a sua importância é importante confrontar as crianças com a realidade de outras crianças que não têm acesso à educação e constatar como essa privação pode afetar as suas vidas no presente e futuro.**

O Município possui 8 escolas municipais de ensino fundamental, 7 escolas estaduais de ensino fundamental, 4 escolas estaduais de ensino fundamental e médio, 16 escolas particulares de ensino fundamental e médio (inclui Colégio IA Objetivo, Colégio Anjo da Guarda, Espaço Livre, Convívio, , Paidéia, Delta Colégio e Curso, IBEC, Escola Nova Geração, dentre outras), 4 escolas municipais de ensino infantil (excluindo aquelas anexas a escolas de ensino fundamental), 4 escolas particulares de educação infantil, 6 centros de ensino supletivo, 13 creches municipais, um Centro Universitário - UNIFAFIBE e uma Faculdade - Imesb - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro, 1 escola técnica, a [Etec Professor Idio Zucchi](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=ETEC_Idio_Zucchi&action=edit&redlink=1) e a Fatec - Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo.

**Observamos que o município não conseguiu ainda atingir o atendimento da Educação previsto em lei na sua totalidade, no que tange o atendimento em creche com uma demanda apresentada de 490 crianças em fila de espera, bem como escolas de período integral para Ensino fundamental II, gerando um grande número de adolescentes sem atendimento integral e integrado, mesmo com as novas Propostas da Educação Municipal em aumentar o número de vagas em creches com a implantação de 04 novas unidades com o apoio do governo estadual, e Estadual em transformar as escolas estaduais de ensino fundamental II em Escolas de Período integral. Estas ações serão gradativas e em longo prazo, mostrando que neste sentindo há necessidade de programas, projetos e serviços que atendam esta demanda, tanto para as crianças em idade de creche, quanto aos adolescentes nos períodos de contra turno escolar, na tentativa de supri-la diminuindo o índice de vulnerabilidade entre crianças, mas principalmente entre os adolescentes.**

**Direito ao Esporte;** O direito ao esporte está previsto no artigo 227 da Constituição federal. No entanto, o legislador foi econômico ao traçar as regras disciplinadoras desse importante direito de crianças e adolescentes. É inegável que o direito ao esporte seguro e inclusivo para crianças e adolescentes pode contribuir para o desenvolvimento integral de meninos e meninas brasileiros. A prática do esporte garantido a todas as camadas da população pode ser uma importante ferramenta para, em conjunto com os demais direitos venha oferecer mais [qualidade](http://www.jb.com.br/sociedade-aberta/noticias/2014/02/25/o-direito-ao-esporte/) de vida e inclusão social a milhares de crianças e adolescentes excluídos da cidadania. O esporte seguro e inclusivo oferece condições essenciais para o desenvolvimento e contribui para promover uma transformação social.

A cidade se destaque no futsal feminino e, já há alguns anos, teve conquistas no futsal masculino. A cidade possui o primeiro estádio do interior do Brasil com iluminação artificial, além disso, a cidade está crescendo no cenário estadual com o [Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rugby), sendo trabalhado em escolas, com o [Torneio Bebedouro Rugby Seven's](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Torneio_Bebedouro_Rugby_Seven%27s&action=edit&redlink=1) e a equipe local

o [Laranja Mecânica Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Laranja_Mec%C3%A2nica_Rugby), devendo ainda destacar o Futebol e o Futsal. Também implatandas 06 academias ao ar livre sendo uma delas adaptada.

Ressaltamos que o município possui um Departamento específico para o Esporte com profissionais de qualidade, e ainda possui 06 Centros Sociais nos bairros, 01 estádio de esporte com estrutura para várias categorias. Aqui mais uma vez devemos apontar a necessidade de reestruturação física e de RH, pois dos 05 Centros Sociais, um não está em funcionamento desde 2013**,** faltam equipamentos e materiais esportivos necessários às crescentes demandas nestas áreas, e novamente é necessário implantar uma política de acesso, pois várias pesquisas apontam que o esporte é uma das grandes ferramentas de prevenção a várias situações que colocam as crianças e adolescentes em risco, inclusive ao uso de álcool e drogas, hoje também é considerado umas das atividades preferidas por esta demanda.

**É preciso planejar uma política de investimentos para que o esporte alcance todos os extremos do município, como também a região central, que possibilitem uma oferta maior para a população, com categorias variadas, para que se torne de fato um instrumento de prevenção as vulnerabilidades do município. Devemos dizer que existem algumas instituições, das acima citadas, que realizam ações voltadas ao esporte, mas para pensarmos em política de proteção integral é necessário que o esporte seja uma politica de âmbito municipal, atendendo as ações acima.**

**Direito ao lazer;** O direito ao lazer é assegurado a todos os cidadãos brasileiros na Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 6º, o que estabelece ao Estado uma ordem para que possa proporcionar a todos a satisfação deste direito. O lazer o dignifica, proporcionando um tempo para si, com a família, com amigos e para participar da sociedade. O reconhecimento do direito social do lazer contribui para a expansão do ser humano na sua essencialidade, com a liberação para o convívio familiar, a confraternização com os amigos, a prática de atividades lúdicas, esportivas, culturais, ao desfrute das artes, ao estudo, o que propicia a um crescimento pessoal, familiar e social.

Na área de lazer, destacam-se a Estação Ecológica Jorge Caram Sabbag, o Parque Sinésio Junqueira Franco, o Horto Municipal, 47 praças, 05 Centros Sociais Urbanos e o Parque Centenário, este último conhecido também como "Região do Lago", com sambódromo, quadras poliesportivas, campos de futebol, [kartódromo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Kart%C3%B3dromo), pista de "skate", calçadão para caminhada e "cooper", além de diversos bares ao longo do parque. A cidade possui também diversas pizzarias, restaurantes, choperias, quatro hipermercados, duas discotecas, e um Centro Comercial de Médio porte, o Bebedouro Shopping Center. Ainda contamos com a iniciativa da Prefeitura na implantação de Eco-Parques nas escolas municipais, ja foram impantados 7 Eco - Parques com perspecitiva de expansãoem toda a rede municipal de ensino**. No entanto avalia-se ainda. a necessidade de garantir o acesso às crianças e aos adololescentes em todos os equipamentos de lazer acima, como também proporcionar ações que motivem a participação dos jovens a fim de favorecer a inserção em um novo universo com um repertório deferenciado e de forma consciente.**

**Direito à profissionalização:** Dentre as propostas inovadoras introduzidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente no bojo das políticas públicas encontra-se a questão da profissionalização e da proteção no trabalho art. 69.

Antes de refletir a questão da profissionalização do adolescente e a proteção no trabalho como um direito a ser definido, é importante realçar alguns indicadores que mostram o mundo dessas crianças e jovens inseridos na realidade do mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE/Unicef, o nível de renda familiar é o fator determinante para o ingresso precoce dessa faixa da população nas atividades econômicas. Os dados de 1.987 demonstraram que 51,4% (15 a 17 anos) e 18,30% (10 a 14 anos) constituíam grupos economicamente ativos (fonte: Crianças e Adolescentes Indicadores Sociais, UNICEF/IBGE). Esses índices situam-se nos grupos de famílias com rendimento inferior a dois salários mínimos *per capita*; portanto, infere-se que essa necessidade é exigida de forma antecipada à criança, pela condição de sobrevivência.

Entendendo assim, o art. 69 do Estatuto, redimensiona a questão de assistência pública (referente à profissionalização e à proteção no trabalho do jovem) em outro patamar, qual seja: alterar e reordenar as práticas institucionais a partir do rompimento com o assistencialismo. Isso significa estruturar nos níveis federal, estadual e municipal propostas que contemplem na sua estrutura o desvelar do vínculo com o conformismo, possibilitando a recriação de uma nova identidade do jovem, até aqui sufocada e anulada pelas desigualdades, além do resgate do trabalho pela via da dignidade, sem ferir os direitos à educação, ao lazer, à satisfação das necessidades básicas etc.

Nesse sentido, a profissionalização e a proteção no trabalho devem ser entendidas na sua interface como o caminho para a emancipação humana, considerando que a primeira tem na sua dimensão política a educação global (social, política, cultural) negando o treinamento e o domínio de habilidades como etapas isoladas da educação básica. Quanto à segunda, passa pelo entendimento de que os direitos que o fazem cidadão estão garantidos no fortalecimento da organização popular, ou seja, a garantia do exercício de participação efetiva (decisão, gestão, usufruto) no espaço contraditório das políticas institucionais.

Portanto, é necessário englobar numa mesma proposta a articulação entre formas de expressão, de produção e de organização social, considerando que a necessidade mais concreta está sempre vinculada ao *trabalho, e este ao pensar,* para não se tornar uma atividade alienante.

Discutindo a operacionalização dos aspectos que subsidiam o art. 96 "respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento; capacitação adequada ao mercado de trabalho" entende-se que a funcionalidade da proposta defendida por nós deve consistir no aproveitamento das experiências dos jovens durante o processo educativo enriquecendo-as através do intercâmbio dessas nos grupos, além de considerar os conhecimentos adquiridos em sua comunidade. É de suma importância este último ponto, pois todo o processo educativo se deve fazer no respeito à sua identidade cultural: nas salas de aula, oficinas, esporte, lazer e nas atividades culturais.

Em relação ao aspecto da profissionalização, além da sua especificidade, somam-se a ela outros valores que se sobrepõem ao mundo da educação pelo trabalho. Numa primeira instância, os programas devem responder com alternativas de bolsa de incentivo à condição do jovem aprendiz/trabalhador, como forma de suplementação de possível renda que este auferiria, no subemprego. Outro ponto a considerar é a defasagem escolar. Portanto, as propostas devem ser complementadas com escolaridade básica (supletivos do 1º grau), para o consequente retorno deste à rede oficial de ensino.

**Além de uma Instituição e das Cooperativas do município que atuam na área de Profissionalização, em 2013 foi criada e a aprovada a Lei 4698/2013 que trata da criação da Guarda Mirim Municipal, de acordo com a Lei 12.010/2009 – Lei de Aprendizagem, é fundamental que esta política seja efetivada o quanto antes no sentindo de garantir aos adolescentes do município mais oportunidades de acesso ao mercado de trabalho. Além de campanhas de conscientização nas empresas do município para que atendam a Lei 12.010/2009.**

**Direito à cultura;** Os Direitos Culturais, além de serem direitos humanos previstos expressamente na Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), no Brasil encontram-se devidamente normatizados na Constituição Federal de 1988 devido à sua relevância como fator de singularização da pessoa humana. Como afirma Bernardo Novais da Mata Machado, “os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, cuja história remonta à Revolução Francesa e à sua Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), que sustentou serem os indivíduos portadores de direitos inerentes à pessoa humana, tais como direito à vida e à liberdade.” (MACHADO, 2007). Políticas de efetivação do direito de acesso à cultura:

Conforme constante da Constituição Federal de 1988 é papel estatal financiar atividades culturais que garantam a preservação da diversidade das manifestações culturais. Fato é que a cultura reflete o modo de vida de uma sociedade, além de interferir em seu modo de pensar e agir, sendo fator de fortalecimento da identidade de um povo e indubitavelmente de desenvolvimento humano. Conforme afirma José Márcio Barros, a “cultura refere-se tanto ao modo de vida total de um povo – isso inclui tudo aquilo que é socialmente aprendido e transmitido, quanto ao processo de cultivo e desenvolvimento mental, subjetivo e espiritual, através de práticas e subjetividades específicas, comumente chamadas de manifestações artísticas” (BARROS, 2007, pag.).

Nesse sentido, com o intuito de garantir o direito à cultura, assim diz a Constituição:  
“Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Nas discussões apresentadas durante as oficinas, pode-se observar que o município possui um departamento municipal e uma coordenadoria de Cultura.

Em termos de opção cultural, há um teatro municipal, uma sala de cinema fixa e um cinema itinerante (Cine Tupy), uma estação cultural, e três museus: o histórico, o dos ferroviários, e o do automóvel. Esse último, conhecido também como "Museu Matarazzo" (oficialmente: [Museu de Armas, Veículos e Máquinas Eduardo André Matarazzo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Armas,_Ve%C3%ADculos_e_M%C3%A1quinas_Eduardo_Andr%C3%A9_Matarazzo)), possui um grande acervo de automóveis, aviões, locomotivas, tanques de guerra e armas antigas. Uma importante peça do museu é o avião que trouxe a Seleção Brasileira, bicampeã na Copa do Mundo de 1958, de volta da Suécia.

**Ainda assim observamos que no que diz respeito à criança e adolescente não existem programas ou projetos específicos da área da cultura, assim é necessário uma política de garantia de acesso aos equipamentos existentes no município, trazendo também uma política da Cultura de qualidade levando ao público infanto-juvenil, um repertório cultural diferenciado que proporcionem perspectivas de vida e de futuro, bem como formação crítica/cultural através das artes.**

**Direito à Dignidade:** O "Princípio da dignidade da pessoa humana" é um valor moral e espiritual inerente à pessoa, ou seja, todo ser humano é dotado desse preceito, e tal constitui o princípio máximo do [estado democrático de direito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estado_democr%C3%A1tico_de_direito), está elencado no rol de [direitos fundamentais](http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_fundamentais) da [Constituição Brasileira de 1988](http://pt.wikipedia.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_Brasileira_de_1988).

A dignidade da pessoa humana abrange uma diversidade de valores existentes na sociedade. Trata-se de um conceito adequável a realidade e a modernização da sociedade, devendo estar em conluio com a evolução e as tendências modernas das necessidades do ser humano. [...] temos por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que asseguram a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

O Princípio Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana, é o principal e mais amplo princípio constitucional, no direito de família diz respeito à garantia plena de desenvolvimento de todos os seus membros, para que possam ser realizados seus anseios e interesses afetivos, assim como garantia de assistência educacional aos filhos, com o objetivo de manter a família duradoura e feliz, assim preceitua Maria Helena Diniz:

[...] é preciso acatar as causas da transformação do direito de família, visto que são irreversíveis, procurando atenuar seus excessos, apontando soluções viáveis para que a prole possa ter pleno desenvolvimento educacional e para que os consortes ou conviventes tenham uma relação firme, que integre respeito, tolerância, diálogo, troca enriquecedora de experiência de vida etc.

É relevante referir que o reconhecimento da dignidade se faz inerente a todos os membros da família humana e de seus direitos iguais e inalienáveis, é o fundamento da liberdade, da justiça, da paz e do desenvolvimento social.

**Desta forma, enquanto o município não assegurar como absoluta prioridade a efetivação de todos os direitos das crianças e adolescentes de forma eficiente e eficaz, não atenderá a este direito.**

**Direito ao respeito;** Todas as pessoas, independentemente de cor, raça, religião, gênero, existência de algum tipo de deficiência, têm os mesmos direitos na sociedade, inclusive de serem tratadas com respeito e dignidade. Esse é um direito garantido pela Constituição Federal do Brasil e tratados internacionais. O Estatuto da Criança e do Adolescente diz em seu Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores, ideias e crenças, dos espaços e objetos pessoais.  **Assim, o primeiro passo para a garantia da igualdade para levarmos a exercício deste direito é necessário que o SGDCA, atenda aos demais princípios do ECA, bem como todos direitos fundamentais as crianças e adolescentes contidos nas legislações vigentes;**

**Direito a Liberdade;** Liberdade é poder fazer as coisas sem interferência dos outros. É poder pensar, e dizer o que pensa, nas ruas, nas rádios e televisões, nos jornais, em uma marcha ou passeata, a essa liberdade se diz liberdade de opinião e expressão, mas também tem a liberdade de se movimentar, chamada liberdade de locomoção. É o direito de ir, vir e ficar. Sem estar preso, e sem ser barrado pela polícia, ou outros aparelhos do Estado. E tem ainda a liberdade de reunião e associação, que é o direito de se juntar a outras pessoas, para conversar e discutir problemas e questões que são de interesses comuns. O uso dessas liberdades é importante, porque faz com que as pessoas percebam que não vivem sozinhos, e que o que a gente pensa muitas vezes é o que muitas outras pessoas também pensam. E a união de muitos em torno de objetivos comuns é importante, porque dá força à comunidade, na hora de reivindicar ações dos governos. É claro que numa sociedade democrática, onde todos são iguais, o exercício de nossa liberdade pode sofrer restrição, que seja necessária para que os outros também exerçam seus direitos. Observamos, a necessidade da implementação dos serviços de prevenção, com o intuito de minimizar os índices de infração cometidos pelos adolescentes,

**Apesar de o município ter implantado o CREAS, atualmente observa-se a necessidade de uma readequação nas estruturas físicas e de RH (Equipe mínima não atende as demandas e necessidades do município), pois este é o serviço dentro da política de assistência social que tem a competência de atuar nas situações de alta complexidade e nas medidas socioeducativas, garantindo que os adolescentes que cometerem ato infracional tenham oportunidade, em meio aberto, de cumprirem as medidas no município, evitando a reincidência e também a medida de internação e privação de liberdade. Para tanto precisa que seu funcionamento esteja de acordo com as necessidades atuais do Município.**

**Direito à convivência familiar e comunitária**; A convivência familiar e comunitária é um direito fundamental de crianças e adolescentes garantido pela Constituição Federal (artigo 227) e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em seu artigo 19. O ECA estabelece que toda criança e adolescente tenha direito a ser criado e educado por sua família e, na falta desta, por família substituta.

O direito à convivência familiar e comunitária é tão importante quanto o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito e à liberdade. A nossa Constituição diz que a “família é à base da sociedade” (art. 226) e que compete a ela, ao Estado, à sociedade em geral e às comunidades “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (art. 227).

O §8º do artigo 226 da C.F. também determina que o Estado deva dar assistência aos membros da família e impedir a violência dentro dela. O artigo 229 diz que “os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos menores, e os filhos maiores têm o dever de ajudar e amparar os pais na velhice, carência ou enfermidade”.  
Quando a família, ao invés de proteger a criança e o adolescente, viola seus direitos, uma das medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 101), para impedir a violência e a negligência contra eles, é o acolhimento em Instituição. Esta decisão é aplicada pelo Conselho Tutelar por determinação judicial e implica na suspensão temporária do poder familiar sobre crianças e adolescentes em situação de risco e no afastamento deles de casa.

De acordo com os artigos 22 e 24 do Estatuto, a medida extrema de suspensão do poder familiar deve ser aplicada apenas nos casos em que, injustificadamente, os pais ou responsáveis deixarem de cumprir os deveres de sustentar e proteger seus filhos, em que as crianças e adolescentes forem submetidos a abusos ou maus tratos ou devido ao descumprimento de determinações judiciais.

O acolhimento institucional deve ser uma medida excepcional e provisória e o ECA obriga que **se assegure a “preservação dos vínculos familiares e a integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem” (artigos 92 e 100). Desta forma é necessário que dentro do município a Rede de Atenção e Proteção a Criança e ao adolescente, esteja funcionando de forma integrada, articulada e ainda garantindo Programas ou Projetos de Prevenção à ruptura de vínculos; atualmente é necessário não só reordenar os serviços de acolhimento, bem como todos os serviços, programas e projetos que compõem o SGDCA, para que atendam esta demanda da Alta complexidade de forma a garantir a convivência familiar e comunitária; uma vez que os dados levantados entre o Conselho Tutelar, CREAS e Projeto Clarear, apontam que apesar de atualmente estarem em atendimento 14 famílias no Projeto de Atendimento Sistemático de Prevenção ao acolhimento (Projeto Clarear), com um total de 35 crianças e 20 adolescentes, ainda existe uma demanda de 10 famílias atendidas pelo conselho tutelar com um total de 22 crianças e 08 adolescentes com risco eminente de acolhimento por omissão ou negligências dos responsáveis, o que aponta a importância de Projetos, Programas e serviços de atenção às famílias em âmbito municipal, visando a prevenção ao colhimento e ao rompimento dos vínculos, assim como a necessidade da manutenção dos números de vagas em acolhimento institucional atualmente existentes no município.**

Diante de toda a exposição acima, ainda é necessário salientar que dentro da política de assistência social observamos a necessidade emergente das readequações do CREAS citadas acima, bem como a implantação de mais dois CRAS nos setores leste e oeste do município com equipes de referência adequadas às necessidades do município, pois até o momento foram implantados apenas 02 nos setores norte e sul, que também necessitam de adequações para atenderem as demandas e necessidades atuais dos seus territórios.

Também com a criação dos novos bairros residenciais do programa Minha Casa Minha Vida, observa-se a carência de serviços das mais diversas áreas, principalmente os da saúde, educação e assistência social, a uma população de risco pelas suas vulnerabilidades que já apresentavam anteriormente, tornando-se imprescindíveis políticas públicas intersetoriais que levem programas, projetos serviços com o objetivo de minimizar os índices de vulnerabilidade.

Outra questão emergente dentro do município é o fortalecimento e a capacitação continuada do Conselho Tutelar, para que atuem dentro de suas competências, minimizando as vulnerabilidades, e apoiando as políticas de proteção e atenção às crianças e adolescentes do município.

**Assim observamos a necessidade eminente de favorecer a articulação de todos os setores e serviços no que diz respeito à Rede de Atenção à criança e ao adolescente, assim desde maio de 2013 foi implantado no município através da Rede Criança e Adolescente o Programa Rede Protetiva, com o intuito de fortalecer as ações em rede assim como de envolver todos os atores que compõem o SGDCA de forma integrada, articulada e integral na efetivação da garantia dos direitos das crianças e adolescentes do município de Bebedouro.**

**VI. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

A Constituição Federal estabelece que, compete a família, juntamente com o Estado, a sociedade em geral e a comunidade, “assegurar à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais” (Art. 227).

A Lei Federal 8.069, de 13 de julho de 1990, corrobora este princípio e reforça a necessidade de respeito à condição peculiar da criança e do adolescente como pessoa em desenvolvimento bem como a doutrina da prioridade absoluta no Art. 4 da citada Lei.

Diversas Leis nacionais, tratados, convenções e normativas internacionais estabelecem a importância da promoção e proteção dos direitos humanos, criando mecanismos que garantam o atendimento de crianças adolescentes e suas famílias em suas necessidades e direito de participação na elaboração das políticas públicas.

As crianças e os adolescentes têm direitos subjetivos à liberdade, à dignidade, à integridade física, psíquica e moral, à educação, à saúde, à proteção no trabalho, à assistência social, à cultura, ao lazer, ao desporto, à habitação, a um meio ambiente de qualidade e outros direitos individuais indisponíveis, sociais, difusos e coletivos.

Portanto as crianças e adolescentes são credores desses direitos, diante da Família, do Estado, e da sociedade, que são devedores e obrigatoriamente devem garantir esses direitos. Não apenas como atendimento de necessidades, mas especialmente um direito mais abrangente de desenvolvimento humano, econômico e social.

Nesse sentido, cabe ao Plano Municipal de Políticas da Criança e Adolescente favorecer, o desenvolvimento pleno de suas crianças e adolescentes do município, tendo a Constituição Federal como norte, o ECA como caminho a seguir, fazendo a subjunção das normas com a realidade apontada pelo Diagnóstico Social da Criança e Adolescente. Ressalta-se a importância do trabalho do CMDCA que, buscando formular a política pública, busca uma integração dos diversos setores da sociedade.

**VII. MARCO CONCEITUAL**

O marco conceitual deste Plano Municipal é a Constituição Federal, e o ECA, e o contexto situacional fundamenta-se no Diagnostico Social da Criança e Adolescente. Desde a promulgação da Constituição Federal, em 1988, importantes mudanças vêm ocorrendo na sociedade. Sendo o Brasil um Estado Democrático de Direito percebe-se novas diretrizes em conceitos de família e direito de crianças e adolescentes, Com a Doutrina da Proteção Integral houve duas principais modificações na forma de tratar e proteger as crianças e adolescentes. Primeiramente é que a responsabilidade por resguardar os direitos é de responsabilidade do Estado, da sociedade e da família e não está mais restrita apenas à família, e a segunda é que as crianças e os adolescentes passam a serem detentores de direitos e deve ser fomentada a construção de autonomia cidadã.

**VIII. IMPLEMENTAÇÃO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

O presente Plano tem como desafio garantir de forma efetiva e concreta o direito de crianças e adolescentes, principalmente àquelas que encontram-se em situação de vulnerabilidade e risco social.

Sendo assim, sua implementação integral é fundamental para uma real mudança dos piores indicadores demonstrados pelo Diagnostico Social e pelo Fórum Permanente do Diagnostico Social.

Para a materialização do direito integral será necessário:

I. Cumprimento integral deste Plano pelo governo municipal;

II. Constituição formal de Comissões especificas para acompanhamento da implementação do Plano;

III. Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente assumindo o presente Plano como prioridade, a partir de 2012, viabilizando recursos nos orçamentos, de um modo geral e, em particular, nos Fundos da Infância e Adolescência para a sua implementação, nos limites legais;

IV. Participação e integração entre os Conselhos de Direitos da Criança e Setoriais no município;

V. Corresponsabilidade entre os entes federativos no financiamento para implementação dos objetivos e ações propostos no presente Plano.

**IX. PLANO DE AÇÃO**

As propostas operacionais deste Plano estão organizadas em cinco eixos estratégicos e articulados entre si:

EIXO 1– PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES;

EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS;

EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES;

EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS;

EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

O planejamento estratégico é o resultado de um esforço para propor ações permanentes e de médio e longo prazo, com a finalidade de construir uma sociedade que de fato respeite o direito à criança e adolescente.

**X - CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO**

**Bebedouro** é um [município](http://pt.wikipedia.org/wiki/Munic%C3%ADpio) [brasileiro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Brasil) do [estado](http://pt.wikipedia.org/wiki/Estados_do_Brasil) de [São Paulo](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo). Localiza-se a uma [latitude](http://pt.wikipedia.org/wiki/Latitude) 20º56'58" [Sul](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sul) e a uma [longitude](http://pt.wikipedia.org/wiki/Longitude) 48º28'45" [Oeste](http://pt.wikipedia.org/wiki/Oeste), estando a uma altitude de 573 metros. Situada na região Norte do estado de São Paulo, faz parte da microrregião da Serra de [Jaboticabal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboticabal) e da mesorregião de [Ribeirão Preto](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ribeir%C3%A3o_Preto).

Bebedouro limita-se com os seguintes municípios: ao norte [Colina](http://pt.wikipedia.org/wiki/Colina_(S%C3%A3o_Paulo)); ao sul, [Pirangi](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pirangi), [Taiuva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taiuva), [Taiaçu](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taia%C3%A7u), [Paraíso](http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADso_(S%C3%A3o_Paulo)) e [Taquaral](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taquaral); a leste, [Pitangueiras](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pitangueiras_(S%C3%A3o_Paulo)), [Viradouro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Viradouro) e [Terra Roxa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_Roxa_(S%C3%A3o_Paulo)), e ao Oeste, [Monte Azul Paulista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_Azul_Paulista).

Bebedouro ficou em 30º lugar no ranking de desenvolvimento do Brasil e 24º no Estado de São Paulo, segundo o Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal.

**História**

* Fundação: 0[3 de maio](http://pt.wikipedia.org/wiki/3_de_maio) de [1884](http://pt.wikipedia.org/wiki/1884)

A origem do nome do município é devido a um córrego chamado "*Bebedor*", que, no [século XIX](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A9culo_XIX), era pousada para tropeiros e peões de boiadeiro.

Outra possível origem, ouvida de antigos moradores, é a de que o "bebedouro" era um ponto de caça, onde os caçadores esperavam pela caça, geralmente capivaras. Conta ainda, que durante a travessia dos animais, de um lado a outro do córrego, sabiam onde deviam atirar pois os mosquitos sobrevoavam o local onde o animal caçado nadava sob a água.

Com a doação de terra ao patrimônio, em homenagem a [São João Batista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jo%C3%A3o_Batista), por Francisco Inácio Pereira e Joaquim José de Lima (além de outros nomes, tais como: João Francisco da Silva, José Francisco Pimenta, Antônio Gonçalves Valim, Rogério Alves de Toledo, Antônio Luiz dos Reis França, Ana Cezária Pimenta, Francisco Bonifácio de Souza Guerra, e Francisco Valente) nasce a Vila de São Sebastião do Bebedor, mais tarde, São João Batista da Bela Vista de Bebedor. A gleba de terras pertencia ao jaboticabalense Corrêa Mesquita, e foi paga com três prestações de porcos (devido à escassez de moeda na época). A última prestação foi paga com um cavalo de cela arriado. A doação da terra ao patrimônio foi lavrada em cartório no dia 0[3 de maio](http://pt.wikipedia.org/wiki/3_de_maio) de [1884](http://pt.wikipedia.org/wiki/1884), dia que é considerado a data de fundação da cidade.

O povoado, pertencente inicialmente a Jaboticabal, cresceu e em 27 de agosto 1886 cria-se o primeiro distrito policial da vila, que passa a ser chamada de "Vila de São João Batista de Bebedouro", a partir de um ato do governador provincial na época, o Barão de Parnaíba. Em 6 de setembro de 1892, foi elevada a distrito de paz, pela lei Estadual número 87, passando a então se chamar Bebedouro. A partir de 6 de maio de 1893, passou a pertencer oficialmente ao município de Pitangueiras. Emancipou-se em 19 de julho de 1894, pela lei número 298, e através da lei número 487, datada 29 de dezembro de 1896, foi elevada à comarca, a qual foi instalada em 11 de março de 1896. Em 11 de março de 1889 foi elevada à município.

Em 30 de novembro de 1903, Bebedouro incorporou o distrito de [Monte Azul Paulista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_Azul_Paulista), em 31 de agosto de 1922 os distritos de [Botafogo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Botafogo_(Bebedouro)), e [Turvínia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Turv%C3%ADnia) (ou Turvínea). Em 22 de dezembro de 1914, Monte Azul se desmembrou de Bebedouro, e em 30 de novembro de 1938 o distrito de Turvínea foi extinto e recriado novamente em 30 de novembro de 1944.

Um fator que alavancou o crescimento de Bebedouro foi a inauguração da estação ferroviária da Paulista em 1902 como ponto final da linha tronco rioclarense, juntamente com a estação Andes (hoje um povoado urbanizado do município) e Mandembo. Em 1909 a linha foi estendida até Barretos. Em 1916, inaugura-se a estação Areias ou Areia (também conhecida como Santa Irente), hoje demolida.

No ano de [1912](http://pt.wikipedia.org/wiki/1912), a Companhia São Paulo-Goiás (São Paulo-Goiaz, na época) criou a linha Bebedouro-Olímpia, passando por Botafogo, [Miragem de São Paulo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Miragem_de_S%C3%A3o_Paulo), Atalia, Rosário e Dona Luiza. Tal linha foi estendida em 1916 até [Viradouro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Viradouro), tornando Bebedouro um entroncamento ferroviário.

O trecho entre Passagem e Bebedouro foi comprado pela Companhia Paulista em 1927, que alargou a bitola e criou duas linhas entre Rincão e Barretos: a primeira passando por [Jaboticabal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Jaboticabal)(extinta em 1966), e a segunda passando por [Guatapará](http://pt.wikipedia.org/wiki/Guatapar%C3%A1) (que funciona até hoje, mas como linha cargueira). O ramal até Nova Granada (passando por Olímpia) foi extinta em 1969.

Hoje, a antiga estação da FEPASA é um museu: Museu dos Ferroviários, inaugurado em 2004, funcionando como um memorial.

Durante as primeiras décadas do município de Bebedouro, um engenheiro da Companhia Ferroviária São Paulo-Goiaz, Oscar Werneck, constrói o coreto da Praça Barão do Rio Branco assim como as torres de iluminação do estádio da Associação Atlética Internacional, o primeiro estádio que recebeu iluminação no interior paulista. No ano de 1912, é construído o prédio da prefeitura municipal em frente à praça Valêncio de Barros, também conhecida até hoje como Jardim Misterioso, por ter abrigado no passado um cemitério. Logo, construiu-se também o prédio da Cadeia, na esquina das ruas Campos Salles e São João.

Economicamente, o município vive no início do século XX da lavoura do café. Após a crise de [1929](http://pt.wikipedia.org/wiki/1929), a laranja substitui o café. O município chegou a ser o maior produtor mundial de laranja. Hoje, produz também cana-de-açúcar em grande escala.

Na década de 1970, com o apogeu do ciclo da laranja, e com a instalação de indústrias de suco, o município experimentou um rápido crescimento populacional, passando de 30 mil habitantes a 70 mil habitantes em cerca de 20 anos. Com o fim do ciclo da laranja, em meados da década de 1990, o município passa por um crescimento mais lento, atribuído, sobretudo, à melhora do setor de comércio e serviços. Hoje, a população do município é entre 75 - 80 mil habitantes.

O município ostenta o título de "Cidade Coração", recebido de Jaboticabal em homenagem ao antigo distrito (devido à restituição de um busto de bronze do jornalista jaboticabalense Jocelym de Godoy, que, retirado da Praça Nove de Julho - na época Praça Conrado Caldeira - foi enviado a Jaboticabal), e "Capital da Laranja", devido o fato do cultivo dessa fruta ter alavancado o desenvolvimento do município no passado.

Hoje (2008), o município está num entroncamento rodoviário, onde três importantes rodovias passam pelo município. Uma delas faz parte da ligação [São Paulo](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Paulo) - [Goiânia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Goi%C3%A2nia).

**Economia**

Bebedouro possui atualmente um índice de desenvolvimento humano (IDH) alto, apresentando também uma alta renda per capita de [R$](http://pt.wikipedia.org/wiki/R$) 39.112 em [2007](http://pt.wikipedia.org/wiki/2007) segundo o [IBGE](http://pt.wikipedia.org/wiki/IBGE), devido principalmente ao seu parque industrial, no qual se destacam indústrias de suco de laranja, de óleos vegetais, de fertilizantes, carrocerias e confecções. Bebedouro possui 1.596 [Empresas](http://pt.wikipedia.org/wiki/Empresas), 126 [Indústrias](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ind%C3%BAstrias), 1.144 no [comércio](http://pt.wikipedia.org/wiki/Com%C3%A9rcio), 16 Agências Bancarias e 10 Empresas de Hospedagem. Bebedouro é privilegiado pela sua localização estratégica e com uma estrutura desenvolvida.

Como atuação destacada para a [citricultura](http://pt.wikipedia.org/wiki/Citricultura), sobretudo nas [décadas](http://pt.wikipedia.org/wiki/D%C3%A9cadas) de [1970](http://pt.wikipedia.org/wiki/1970) e [1980](http://pt.wikipedia.org/wiki/1980), Bebedouro tornou-se conhecida internacionalmente como a "Califórnia Brasileira". Atualmente (2012), Bebedouro apresenta uma economia focada em serviços e comércio.

**Lazer**

Na área de lazer, destacam-se a Estação Ecológica Jorge Caram Sabbag, o Parque Sinésio Junqueira Franco, o Horto Municipal, 47 praças, cinco centros sociais urbanos e o Parque Centenário. Esse último conhecido também como "Região do Lago", com sambódromo, quadras poliesportivas, campos de futebol, [kartódromo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Kart%C3%B3dromo), pista de "skate", calçadão para caminhada e "cooper", além de diversos bares ao longo do parque. A cidade possui também diversas pizzarias, restaurantes, choperias, quatro hipermercados, duas discotecas, e um centro comercial de médio porte, o Bebedouro Shopping Center.

**Cultura**

Em termos de opção cultural, há um teatro municipal, uma sala de cinema fixa e um cinema itinerante (Cine Tupy), uma estação cultural, e três museus: o histórico, o dos ferroviários, e o do automóvel. Esse último, conhecido também como "Museu Matarazzo" (oficialmente: [Museu de Armas, Veículos e Máquinas Eduardo André Matarazzo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Museu_de_Armas,_Ve%C3%ADculos_e_M%C3%A1quinas_Eduardo_Andr%C3%A9_Matarazzo)), possui um grande acervo de automóveis, aviões, locomotivas, tanques de guerra e armas antigas. Uma importante peça do museu é o avião que trouxe a Seleção Brasileira, bicampeã na Copa do Mundo de 1958, de volta da Suécia.

**Saúde**

Possui três hospitais (Santa Casa - Unimed II; Samaritano - Unimed I; e Hospital Municipal Júlia Pinto Caldeira), treze postos de saúde (2 unidades básicas de saúde, 4 conglomerados que incluem unidade básica de saúde e programa saúde da família, e 7 programas de saúde da família), um laboratório municipal de saúde pública, um ambulatório de especialidades, um ambulatório de saúde mental, um hemocentro, um pronto socorro (anexo ao Hospital Júlia Pinto Caldeira), um pronto socorro infantil (Pronto Socorro Dr. Pedro Paschoal), e uma centro de combate ao câncer (Fundação Abílio Alves Marques).

**Educação**

Possui 8 escolas municipais de ensino fundamental, 7 escolas estaduais de ensino fundamental, 4 escolas estaduais de ensino fundamental e médio, 16 escolas particulares de ensino fundamental e médio (inclui Colégio IA Objetivo, Colégio Anjo da Guarda, Espaço Livre, Convívio, , Paideia, Delta Colégio e Curso, IBEC, Escola Nova Geração, dentre outras), 4 escolas municipais de ensino infantil (excluindo aquelas anexas a escolas de ensino fundamental), 4 escolas particulares de educação infantil, 6 centros de ensino supletivo, 13 creches municipais, um Centro Universitário - UNIFAFIBE e uma Faculdade - Imesb - Instituto Municipal de Ensino Superior de Bebedouro, 1 escola técnica, a [Etec Professor Idio Zucchi](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=ETEC_Idio_Zucchi&action=edit&redlink=1) e a Fatec - Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo.

**Religião**

Possui diversos centros religiosos, incluindo católicos, evangélicos e espíritas. A Igreja Católica divide o município em 8 paróquias (São João Batista, Nossa Senhora Aparecida, Sagrado Coração de Jesus, Santo Antônio de Sant'ana Galvão, Santo Inácio de Loyola, São Judas Tadeu, São Pedro Claver e Nossa Senhora Aparecida de Botafogo). Também sedia uma sede do [ATEA](http://pt.wikipedia.org/wiki/ATEA) (Associação dos ateus e agnósticos)e NASP (Núcleo Ateu e Agnóstico de São Paulo).

**Geografia**

Possui uma área de 682,511 km².

Bebedouro limita-se ao norte com [Colina](http://pt.wikipedia.org/wiki/Colina_(S%C3%A3o_Paulo)); ao leste com [Terra Roxa](http://pt.wikipedia.org/wiki/Terra_Roxa_(S%C3%A3o_Paulo)), [Viradouro](http://pt.wikipedia.org/wiki/Viradouro) e [Pitangueiras](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pitangueiras_(S%C3%A3o_Paulo)), ao sul com [Taquaral](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taquaral), [Taiúva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Tai%C3%BAva), [Taiaçu](http://pt.wikipedia.org/wiki/Taia%C3%A7u), [Pirangi](http://pt.wikipedia.org/wiki/Pirangi) e [Paraíso](http://pt.wikipedia.org/wiki/Para%C3%ADso_(S%C3%A3o_Paulo)), e ao oeste com [Monte Azul Paulista](http://pt.wikipedia.org/wiki/Monte_Azul_Paulista).

O município possui, além do distrito sede, dois distritos: [Botafogo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Botafogo_(Bebedouro)) (2500 habitantes) e [Turvínia](http://pt.wikipedia.org/wiki/Turv%C3%ADnia)\* (mil habitantes), além de dois pequenos povoados: um de natureza urbana, [Povoado de Andes](http://pt.wikipedia.org/wiki/Povoado_de_Andes)\*\* (cerca de 500 habitantes), e outro de natureza rural, Povoado de Areias (menos de 100 habitantes).

O município está entre duas sub-bacias hidrográficas: a do [rio Turvo](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rio_Turvo_(S%C3%A3o_Paulo)) e a do Pardo/Moji-Guaçu. A sede do município (cidade) é cortada por pequenos córregos: Bebedouro, Consulta e Parati.

O Consulta ao passar pelo centro da cidade, transforma-se num grande lago artificial, com dois quilômetros de comprimento e largura que varia entre 50 (funil da Ponte da Avenida Donina Valadão Furquim) e 300 metros.

O Bebedouro nasce próximo ao Horto Municipal, corta-o, passa pelo Parque Sinésio Junqueira Franco, onde se encontra com o Consulta e passa a dividir a região central da Zona Leste da cidade. O Parati corta parte da Zona Norte da cidade e vem apresentando problemas de assoreamento.

O município tem altura entre 550-600m, localizado no Vale do Rio Grande, na região do Planalto Paulista. Desde 2005, o Povoado de Andes, na zona rural de Bebedouro, vem sofrendo sismos de 2-3 graus de magnitude, o que tem origem em fraturas do basalto da Serra Geral, o que se agrava com a extração de água de poços de água subterrânea.

**Transporte**

O sistema viário Bebedouro consta com avenidas radiais conectadas por um sub-sistema com avenidas em anel (anel viário).

O transporte urbano de Bebedouro é constituído por 8 linhas diametrais por ônibus, ligando a cidade ou norte-sul, nas linhas 1A, 1B, (Cláudia/Paulista - via Coopercitrus), 2A, 2B (Cláudia/Paulista - via Shopping); ou leste-oeste, nas linhas 3A (Alvorada/Residencial); 3B (Alvorada/Centenário), 3C (Elizabeth/Centenário), e 4A (Elizabeth/Residencial via Boa Vista). Não há integração tarifária, nem terminais urbanos. A empresa [Rápido do Oeste](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=R%C3%A1pido_do_Oeste&action=edit&redlink=1) ganhou a licitação para trabalhar com o transporte urbano, no qual antes era feito pela empresa [EBTU](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=EBTU&action=edit&redlink=1).

Possui um terminal rodoviário, onde se operam linhas rodoviárias e suburbanas (a municípios próximos).

O Aeroporto de Bebedouro (asfaltado) não possui linhas de voos comerciais.

**Rodovias**

Há três principais rodovias. A Rodovia Brigadeiro Faria Lima, é o princial acesso para a capital paulista. A Rodovia Comendador Pedro Monteleone dá acesso ao município de [Catanduva](http://pt.wikipedia.org/wiki/Catanduva) e à Rodovia Washington Luiz, para a chegada até [São José do Rio Preto](http://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jos%C3%A9_do_Rio_Preto).Já a Rodovia Armando de Salles Oliveira, interliga Bebedouro a [Sertãozinho](http://pt.wikipedia.org/wiki/Sert%C3%A3ozinho).

* [SP-322](http://pt.wikipedia.org/wiki/SP-322)
* [SP-326](http://pt.wikipedia.org/wiki/SP-326)
* [SP-351](http://pt.wikipedia.org/wiki/SP-351)

**Bairros e zoneamento**

A área urbana de Bebedouro se divide em cinco áreas a saber:

* **Zona Central** (dentro do anel viário)

Centro, Jardim São Sebastião, Novo Lar, Vila Paula, Monte Castelo, Vila Comerciária, São Conrado, Jardim Aparecida, Jardim Paraíso, Jardim Ciranda, Vila Maria, Jardim Luciana, Jardim Primavera, Jardim do Sonho, Jardim Olga, Vila Morumbi, Vila Julieta, Jardim São João, São Benedito (parte do Centro), Região do Lago (parte do Centro), Vila Industrial, Jardim Piratininga, Ipiranga.

* **Zona Norte**, popularmente conhecida como "Extremo Norte" (após a rodovia Armando de Salles Oliveira)

Jardim Cláudia I, Jardim Cláudia II, Jardim Menino Deus I, Jardim Menino Deus II, Jardim Aeroporto, Vila Santa Terezinha, Jardim do Bosque, Parati I, Parati II, Parati III, Chácaras Parati, Expansão Industrial, Rassim Dib, Jardim São Fernando, Jardim Vale do Sol, Pedro Paschoal

* **Zona Oeste** (após a Av. Pedro Paschoal e antes da Rodovia Armando de Salles Oliveira)

Jardim Alvorada, Jardim São Lourenço, Jardim Califórnia, Parque Eldorado, Jardim Canadá, Jardim Júlia, Jardim Marajá, Vila Elizabeth, Jardim Progresso, Vila Lourdes, Jardim Sânderson, Jardim Casagrande, Vila Cruzeiro, Jardim Talarico, Jardim Esplanada, Jardim Lima, Distrito Industrial III

* **Zona Sul** (após o Lago, córrego da Consulta e Córrego do Banco)

Vila Major Cícero de Carvalho (Vila São José), Jardim Recanto, Jardim Três Marias, Jardim Estoril, Vila Paulista, Residencial Furquim, Residencial Franciscano, Jardim São Francisco, Jardim São Carlos, Residencial Santo Antônio, Bom Retiro, Jardim Tropical I, Jardim Tropical II, União I (Multirão), União II (Multirão).

* **Zona Leste** (após os trilhos da antiga FEPASA)

Hércules Hortal, Residencial Candinho (Jardim São Paulo), Centenário, Pedro Maia, Santaella, Alto do Sumaré, Vila Califórnia, Vila Irmã Antonieta Farani (Alto da Boa Vista), Distrito Industrial I, Distrito Industrial II, Jardim Laranjeiras, Jardim De Lúcia, Souza Lima, Residencial Bebedouro, Jardim das Acácia, Jardim Itália.

* A grafia oficial do município traz o nome como "Turvínea"
  + Povoado de Andes é às vezes referido como "Distrito de Andes", embora não seja oficialmente um distrito, por não possuir cartório. É portanto, um núcleo urbano pertencente ao Distrito sede de Bebedouro.

**Demografia**

| **Informações** | |
| --- | --- |
| **População residente:** | **75.035 pessoas** |
| |  |  | | --- | --- | | **Agrupada por sexo:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Homens: | 36.529 pessoas | | Mulheres: | 38.506 pessoas | | | | **Agrupada por classe de rendimento:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Rendimento mensal de até 1/4 de salário mínimo: | 698 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 1/4 até 1/2 salário mínimo: | 1.259 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 1/2 até 1 salário mínimo: | 12.547 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 1 até 2 salários mínimos: | 17.696 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 2 até 3 salários mínimos: | 5.561 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 3 até 5 salários mínimos: | 4.065 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 5 até 10 salários mínimos: | 2.287 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 10 até 15 salários mínimos: | 336 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 15 até 20 salários mínimos: | 307 pessoas | |  | | | Rendimento mensal a partir de 20 até 30 salários mínimos: | 119 pessoas | |  | | | Rendimento mensal maior que 30 salários mínimos: | 92 pessoas | |  | | | Sem rendimento: | 20.796 pessoas | |  | | | Sem declaração: | - | |  | | | | | **Agrupados por cor ou raça:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Branca: | 52.941 pessoas | |  | | | Preta: | 3.851 pessoas | |  | | | Amarela: | 323 pessoas | |  | | | Parda: | 17.899 pessoas | |  | | | Indígena: | 21 pessoas | |  | | | Sem declaração: | - | |  | | | | | **Agrupada por Região:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Urbana: | 71.503 pessoas | |  | | | Rural: | 3.532 pessoas | |  | | | | | **Agrupada por Idade:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Menos de 1 ano: | 866 pessoas | |  | | | Menos de 1 mês: | 67 pessoas | |  | | | 1 mês: | 55 pessoas | |  | | | 2 meses: | 78 pessoas | |  | | | 3 meses: | 87 pessoas | |  | | | 4 meses: | 81 pessoas | |  | | | 5 meses: | 52 pessoas | |  | | | 6 meses: | 71 pessoas | |  | | | 7 meses: | 86 pessoas | |  | | | 8 meses: | 61 pessoas | |  | | | 9 meses: | 93 pessoas | |  | | | 10 meses: | 69 pessoas | |  | | | 11 meses: | 66 pessoas | |  | | | 1 ano: | 851 pessoas | |  | | | 2 anos: | 859 pessoas | |  | | | 3 anos: | 899 pessoas | |  | | | 4 anos: | 933 pessoas | |  | | | 5 anos: | 932 pessoas | |  | | | 6 anos: | 976 pessoas | |  | | | 7 anos: | 900 pessoas | |  | | | 8 anos: | 973 pessoas | |  | | | 9 anos: | 1.081 pessoas | |  | | | 10 anos: | 1.107 pessoas | |  | | | 11 anos: | 1.152 pessoas | |  | | | 12 anos: | 1.163 pessoas | |  | | | 13 anos: | 1.231 pessoas | |  | | | 14 anos: | 1.212 pessoas | |  | | | 15 anos: | 1.225 pessoas | |  | | | 16 anos: | 1.263 pessoas | |  | | | 17 anos: | 1.271 pessoas | |  | | | 18 anos: | 1.173 pessoas | |  | | | 19 anos: | 1.190 pessoas | |  | | | 20 anos: | 1.289 pessoas | |  | | | 21 anos: | 1.153 pessoas | |  | | | 22 anos: | 1.325 pessoas | |  | | | 23 anos: | 1.246 pessoas | |  | | | 24 anos: | 1.323 pessoas | |  | | | 25 a 29 anos: | 6.369 pessoas | |  | | | 30 a 34 anos: | 5.983 pessoas | |  | | | 35 a 39 anos: | 5.646 pessoas | |  | | | 40 a 44 anos: | 5.316 pessoas | |  | | | 45 a 49 anos: | 5.032 pessoas | |  | | | 50 a 54 anos: | 4.706 pessoas | |  | | | 55 a 59 anos: | 3.905 pessoas | |  | | | 60 a 69 anos: | 5.603 pessoas | |  | | | 60 a 64 anos: | 3.203 pessoas | |  | | | 65 a 69 anos: | 2.400 pessoas | |  | | | 70 a 74 anos: | 1.894 pessoas | |  | | | 75 a 79 anos: | 1.367 pessoas | |  | | | 80 a 89 anos: | 1.418 pessoas | |  | | | 90 a 99 anos: | 196 pessoas | |  | | | 100 anos ou mais: | 7 pessoas | |  | | | | | **Condição na família:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Pessoa responsável: | 23.756 pessoas | |  | | | Pessoa responsável - com responsabilidade compartilhada: | 6.731 pessoas | |  | | | Pessoa responsável - sem responsabilidade compartilhada: | 17.015 pessoas | |  | | | Cônjuge ou companheiro(a): | 16.077 pessoas | |  | | | Cônjuge ou companheiro(a) - de sexo diferente: | 16.047 pessoas | |  | | | Cônjuge ou companheiro(a) - de mesmo sexo: | 30 pessoas | |  | | | Filho(a): | 25.816 pessoas | |  | | | Filho(a) - da pessoa responsável e do cônjuge: | 18.733 pessoas | |  | | | Filho(a) - somente da pessoa responsável: | 7.083 pessoas | |  | | | Enteado(a): | 1.227 pessoas | |  | | | Genro ou nora: | 710 pessoas | |  | | | Pai mãe padastro ou madrasta: | 1.208 pessoas | |  | | | Sogro(a): | 331 pessoas | |  | | | Neto(a): | 3.040 pessoas | |  | | | Bisneto(a): | 58 pessoas | |  | | | Irmão ou irmã: | 1.113 pessoas | |  | | | Avô ou avó: | 45 pessoas | |  | | | Outro parente: | 1.113 pessoas | |  | | | Agregado(a): | 95 pessoas | |  | | | Convivente: | 243 pessoas | |  | | | Pensionista: | 21 pessoas | |  | | | Empregado(a) doméstico(a): | 21 pessoas | |  | | | Parente do(a) empregado(a) doméstico(a): | 1 pessoas | |  | | | Individual em domicílio coletivo: | 160 pessoas | |  | | | | | **Rendimentos da população com mais de 9 anos - Agrupado por cor ou raça:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Branca: | 46.330 pessoas | |  | | | Preta: | 3.531 pessoas | |  | | | Amarela: | 293 pessoas | |  | | | Parda: | 15.589 pessoas | |  | | | Indígena: | 20 pessoas | |  | | | Sem declaração: | - | |  | | | | | **População residente alfabetizada:** | **66.415 pessoas** | | |  |  | | --- | --- | | **Agrupada por Sexo:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Homens: | 32.417 pessoas | | Mulheres: | 33.998 pessoas | | | | **Agrupada por cor ou raça:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Branca: | 47.272 pessoas | |  | | | Preta: | 3.361 pessoas | |  | | | Amarela: | 294 pessoas | |  | | | Parda: | 15.469 pessoas | |  | | | Indígena: | 19 pessoas | |  | | | Sem declaração: | - | |  | | | | | **Agrupada por Região:** |  | | |  |  | | --- | --- | | Urbana: | 63.401 pessoas | |  | | | Rural: | 3.014 pessoas | |  | | | | | **Agrupada por Idade:** |  | | |  |  | | --- | --- | | 5 a 9 anos: | 3.662 pessoas | |  | | | 10 anos ou mais: | 62.753 pessoas | |  | | | 10 a 14 anos: | 5.762 pessoas | |  | | | 15 anos ou mais: | 56.991 pessoas | |  | | | 20 a 24 anos: | 6.265 pessoas | |  | | | 25 a 29 anos: | 6.291 pessoas | |  | | | 30 a 34 anos: | 5.888 pessoas | |  | | | 35 a 39 anos: | 5.533 pessoas | |  | | | 40 a 44 anos: | 5.155 pessoas | |  | | | 45 a 49 anos: | 4.859 pessoas | |  | | | 50 a 54 anos: | 4.489 pessoas | |  | | | 55 a 59 anos: | 3.663 pessoas | |  | | | 60 a 64 anos: | 2.903 pessoas | |  | | | 65 a 69 anos: | 2.077 pessoas | |  | | | 70 a 74 anos: | 1.576 pessoas | |  | | | 75 a 79 anos: | 1.098 pessoas | |  | | | 80 a 89 anos: | 1.012 pessoas | |  | | | 90 a 99 anos: | 139 pessoas | |  | | | 100 anos ou mais: | 1 pessoas | |  | | | | | | | |
| **Domicílios particulares permanentes:** | **23.709 domicílios** |
| |  |  | | --- | --- | | Domicílios por tipo: |  | |  | | | Condição da ocupação do domícilio: |  | |  | | | Domicílios por forma de abastecimento de água: |  | |  | | | Destino do lixo do domícilio: |  | |  | | | Disponibilidade de energia elétrica nos domicílios: |  | |  | | | Rendimento Domiciliar: |  | |  | | | Quantidade de moradores por domicílio: |  | |  | | | Quantidade de homens por domicílio: |  | |  | | | Quantidade de mulheres por domicílio: |  | |  | | | Domicílios com banheiro de uso exclusivo do domicílio: | 23.648 domicílios | |  | | | Domicílios com sanitário: | 51 domicílios | |  | | | Domicílios particulares permanentes - Não tinham banheiro nem sanitário: | 10 domicílios | | |

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **População estimada 2014** | 77.558 pessoas |  |

*Fonte: Censo 2010*

**Frota**

A taxa de motorização de Bebedouro é de aproximadamente 1 veículo para cada 2 habitantes.

Automóvel(passeio): 20.229  
Caminhão: 1.439  
Motocicleta: 13.353  
Ônibus: 317  
Caminhonete: 2.386  
Trator (rural): 397

Total = 45;000

**Esporte**

A cidade se destaque no futsal feminino e já alguns anos tiveram conquistas no futsal masculino. A cidade possui o primeiro estádio do interior do Brasil com iluminação artificial. Além disso, a cidade está crescendo no cenário estadual com o [Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Rugby), sendo trabalhado em escolas, com o [Torneio Bebedouro Rugby Seven's](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Torneio_Bebedouro_Rugby_Seven%27s&action=edit&redlink=1) e a equipe local o [Laranja Mecânica Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Laranja_Mec%C3%A2nica_Rugby).

**Futebol**

Bebedouro conta no futebol com a [Associação Atlética Internacional](http://pt.wikipedia.org/wiki/Associa%C3%A7%C3%A3o_Atl%C3%A9tica_Internacional_(Bebedouro)) atualmente na 2ª divisão do Futebol Paulista.

**Futsal**

A cidade tem tradição também no [futsal](http://pt.wikipedia.org/wiki/Futsal): em 1993 o Bebedouro Clube foi campeão paulista da série ouro e também foi campeão da taça EPTV daquele ano, contra a Associação, outra equipe da cidade que disputou o torneio por Igarapava. Outras equipes de futsal da cidade foram a Inter Futsal, campeã da taça EPTV em 1997; Agremiação Bebedourense de Futsal, campeã da taça EPTV em 2003 e vice-campeã da taça EPTV em 2004.

O município também tem os títulos da taça EPTV de 1988, 1992, 1993,1997 e 2004.

**Rugby**

A cidade também possui uma equipe de rugby o [Laranja Mecânica Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Laranja_Mec%C3%A2nica_Rugby) fundado em 2007. Pelo treinador e jogador do Mackenze - SP Diego, pelo estudante de direito Rodrigo Massa (O qual tomou conta da equipe e investiu até o ano de 2011), entre outros.

Tendo seu primeiro jogo contra a equipe [Mastodontes Catanduva Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mastodontes_Catanduva_Rugby) no estádio Sócrates Stamato, no qual a equipe catanduvense acabou se sagrando vencedora da partida. A equipe disputa modalidade XV e 7 'side. Além disso, a equipe já disputou o [Campeonato Paulista do Interior](http://pt.wikipedia.org/wiki/Campeonato_Paulista_do_Interior) até os anos de 2009, após isso o rugby bebedourense enfrentou uma fase difícil com poucos atletas e jogos. No ano de 2011, com a vinda de novos atletas para a equipe o que possibilitou a organização do primeiro e segundo [Torneio Bebedouro Rugby Seven's](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Torneio_Bebedouro_Rugby_Seven%27s&action=edit&redlink=1). De inicio foi cogitado entrar em campeonatos e disputar jogos, no final do ano a equipe que sofrera um desvinculo de atletas veteranos aceitou marcar um amistoso contra a equipe [Gárgulas Rugby Union](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=G%C3%A1rgulas_Rugby_Union&action=edit&redlink=1) tendo dois jogos na modalidade 7'side e um 10'side (10 contra 10) ficando uma vitória para a equipe bebedourense e duas para a equipe sertanezina. Após isso a equipe conseguiu recuperar velhos jogadores, e realizar o 1º Torneio Bebedouro Rugby Seven's, a equipe acabou vencendo apenas uma partida na fase classificatória superando o [Mastodontes Catanduva Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Mastodontes_Catanduva_Rugby) juvenil 19 x 24 [Laranja Mecânica Rugby](http://pt.wikipedia.org/wiki/Laranja_Mec%C3%A2nica_Rugby). E conquistando o 5º lugar ao vencer a equipe [Gargulas Rugby Union](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Gargulas_Rugby_Union&action=edit&redlink=1) 12 X 22 Laranja Mecânica Rugby. Já na segunda edição do [Torneio Bebedouro Rugby Seven's](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Torneio_Bebedouro_Rugby_Seven%27s&action=edit&redlink=1) a equipe que voltou a treinar a um mês antes do torneio não conquistou nenhuma vitória ficando em último lugar. A equipe atualmente treina no campo da [UNIFAFIBE](http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=UNIFAFIBE&action=edit&redlink=1), os treinos acontecem de terça e quinta às 21 horas e sábados às 16h.

**Administração**

* [Prefeito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Prefeitura_(Brasil)): Dr. Fernando Galvão Moura (2013/2016)
* [Vice-prefeito](http://pt.wikipedia.org/wiki/Vice-prefeito): Dr. Rômulo César Camelini (2013/2016)
* [Presidente da Câmara](http://pt.wikipedia.org/wiki/Presidente_da_c%C3%A2mara_de_vereadores): Angelo Rafael Latorre Daolio (2013/2014)

**Referências**

[Divisão Territorial do Brasil](ftp://geoftp.ibge.gov.br/Organizacao/Divisao_Territorial/2008/DTB_2008.zip). *Divisão Territorial do Brasil e Limites Territoriais*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (1 de julho de 2008). Página visitada em 11 de outubro de 2008.

IBGE (10 de outubro de 2002). [Área territorial oficial](http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/cartografia/default_territ_area.shtm). Resolução da Presidência do IBGE de n° 5 (R.PR-5/02). **Página visitada em 05 de dezembro de 2010.**

[Censo Populacional 2010](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/populacao_por_municipio.shtm). *Censo Populacional 2010*. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (29 de novembro de 2010).

**Página visitada em 11 de dezembro de 2010.**

[Ranking decrescente do IDH-M dos municípios do Brasil](http://atlasbrasil.org.br/2013/perfil/bebedouro_sp). *Atlas do Desenvolvimento Humano*. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (2013).

**Página visitada em 13 de setembro de 2013.**

[Produto Interno Bruto dos Municípios 2004-2008](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2004_2008/). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Página visitada em 11 de dezembro de 2010.**

<http://www.catanduvananet.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2022:mastodontes-e-campeao-do-bebedouro-sevens-2012&catid=7:mastodontes-catanduva-rugby-&Itemid=9>

<http://www.portaldorugby.com.br/noticia/27-fora-de-campo/5134-giro-pelo-brasil-130712>

<http://www.portaldorugby.com.br/equipes/nacionais/4754-laranja-mecanica-rugby>

<https://www.facebook.com/pages/Laranja-Mec%C3%A2nica-Rugby-Bebedouro-SP/137741279631131?fref=ts><http://www.unifafibe.com.br/noticias/?noticia=3809>

**XI - REDE DE ATENÇÃO E PRETEÇÃO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE O MUNICIPIO DE BEBEDOURO**

As redes têm sido saudadas, nas duas últimas décadas, como a mais significativa inovação humana no campo da organização da sociedade. As organizações do terceiro setor têm sido pioneiras na criação e manutenção de redes, que operam nos níveis local, regional, nacional e internacional, seja para a troca de informações, para a articulação política ou para a implementação de ações conjuntas.

Sem chefe, mas com liderança; sem "cabeça", mas toda pensante, a rede funciona. Fluida, plástica, dinâmica, a rede se sustenta tão somente pela vontade de seus integrantes. Essa aparente fragilidade é sua grande força. **Fundamentos:** Uma rede é um sistema de nós e elos capazes de organizar pessoas e instituições, de forma igualitária e democrática, em torno de um objetivo comum.

Eis os principais fundamentos de uma rede:  
**Autonomia; Valores e objetivos compartilhados; Vontade; Conectividade; Participação; Multiliderança; Informação; Descentralização; Múltiplos níveis; Dinamismo.**

**ECA e a Concepção de rede...**

A rede potencializa a atuação mais abrangente e multidisciplinar de um conjunto de atores de diversas instituições que têm o mesmo foco temático na consecução da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente, segundo os preceitos da Lei 8069 de 13 de Julho de 1990 – E.C.A. (Estatuto da Criança e do Adolescente)

Art. - 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Art. 86 – A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**Uma Nova Concepção**

A Rede de Proteção não é um novo serviço ou uma nova obra, é uma concepção de trabalho integrado e intersetorial traduzida em uma metodologia de atuação que engloba todas as instituições governamentais e sociais.

Considerando um espaço de troca de informações e saberes, pois ao se articularem em rede os serviços potencializam suas capacidades.

**Benefícios Da Atuação Em Rede**

Da ótica fragmentada para ótica globalizadora

Da limitação de responsabilidade para a sua expansão

De ação episódica para o processo contínuo

Da hierarquização e burocratização para coordenação

Da ação individual para a coletiva

**Neste sentido observamos a necessidade eminente de favorecer a articulação de todos os setores e serviços no que diz respeito à Rede de Atenção á criança e ao adolescente, assim desde maio de 2013 foi implantado no município através da Rede Criança e Adolescente o Programa Rede protetiva, com o intuito de fortalecer as ações em rede assim como de envolver todos os atores que compõem o SGDCA de forma integrada, articulada e integral na efetivação da garantia dos direitos das crianças e adolescentes do município de Bebedouro.**

**11.2 -** **OS CONSELHOS**

* Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Bebedouro
* Conselho Tutelar
* Conselho Municipal para Assuntos da Pessoa com Deficiência de Bebedouro
* Conselho Municipal da Assistência Social
* Conselho Municipal da Comunidade Negra
* Conselho Municipal de Saúde
* Conselho Municipal de Educação
* Conselho Municipal do Idoso
* Conselho Municipal Anti Drogas
* Conselho Municipal de Segurança
* Conselho Municipal de Habitação

**11.3 – OS SERVIÇOS**

* Rede Criança e Adolescente de Bebedouro
* Projeto Rede Protetiva Da Infância E Juventude De Bebedouro
* Coordenadoria de Acessibilidade e Mobilidade Urbana de Bebedouro
* Delegacia de Defesa da Mulher
* Promotoria Da Infância E Da Juventude
* Juízo Da Infância E Juventude De Bebedouro

**11.4 – OS DEPARTAMENTOS**

## Central de Alimentação

## Departamento de Desenvolvimento Econômico

## Departamento Municipal de Educação e Cultura

## Departamento Municipal de Esportes

## Departamento de Finanças

## Garagem Municipal

## Guarda Civil Municipal de Bebedouro

## Habitação

## Departamento Municipal de Promoção e Assistência Social

## Departamento Municipal de Saúde

## Vigilância Epidemiológica

**11.5 – OS CENTROS REFERÊNCIA**

* CAPS I – Centro de Atenção Psicossocial Infantil
* CRAM – Centro de Referência e Atendimento a Mulher
* CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social
* CRAS – CENTRO DE REFERENCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL

**11.6 - AS INSTITUIÇÕES**

* Associação Arte e Solidariedade – ARTSOL
* Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Bebedouro - APAE
* Associação Dos Deficientes De Bebedouro - ADB
* Associação de Educação e Cultura do Norte Paulista
* Associação José do Patrocínio
* Associação Menina dos Olhos “Dos Deficientes Visuais de Bebedouro”
* Associação de Valorização Integral do Deficiente Auditivo AVIDA
* Associação Jesus Caminho Seguro.
* Casa da Criança “Irma Crucifixa”
* Casa de Santa
* Casa Santo Expedito
* Caecc-Centro Assistencial Espirita “Do Calvário Ao Céu”- Departamento-Lar Espirita Jesus de Nazaré.
* Centro Comunitário Alto da Boa Vista “Centro de Educação Infantil Lourenço Santin”
* Centro de Estudos e Projetos para o Bem da Criança, Adolescente e Família – CEPROBEM-CAF
* Colégio Anjo da Guarda
* ICDH - Instituto de Compromisso com o Desenvolvimento Humano
* Desenvolvendo a Criança e o Adolescente – DCA
* Educandário Santo Antônio de Bebedouro
* Grupo Luta e Amor á Vida
* Grupo Escoteiro Sol E Lua

**XII. Plano Municipal da Política de Atendimento**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | |
| **Diretriz 01 - Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.** | | | | |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 1.1 – Promover o respeito aos direitos da criança e do adolescente na sociedade, de modo a consolidar uma cultura de cidadania.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| DIFUNDIR E DISTRIBUIR O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, COM DADOS SOBRE SERVIÇOS PRESTADOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES. | 1 | CONFECCIONAR E DISTRIBUIR 50 MIL ESTATUS NO MUNICÍPIO EM 2015, 10 MIL EM 2016 E 10 MIL EM 2017. | CMDCA, REDE CRIANÇA | CONFECCIONAR E DISTRIBUIR ATÉ JUNHO/2015. |
| **CAMPANHAS**  • EXPLORAÇÃO SEXUAL | 2 | \*18/05 CAMINHADA, PANFLETAGEM (DIA NACIONAL DE COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA A CRIANÇA E O ADOLESCENTE) | CMDCA, REDE CRIANÇA | MAIO 2015 PERMANENTE |
| • EXPLORAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL | 3 | \*QUALIFICAR PESSOAS P/ SEREM MULTIPLICADORAS \*TEATRO; ATIVIDADES EDUCATIVAS; WORKSHOP | CMDCA, REDE CRIANÇA - SEMEB | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 1.2– Desenvolver ações voltadas à preservação da imagem, da identidade, observando a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento de crianças e adolescentes nos meios de comunicação, conforme dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| REFORÇAR O ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, CONTRA A VIOLAÇÃO DE DIREITOS | 1 | ESCLARECER AS PESSOAS DA COMUNIDADE INCLUINDO AS ESCOLAS | SEMEB, CMDCA, DCA, CONSELHO TUTELAR | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 1.3 – Fortalecer as competências familiares em relação à proteção integral e educação em direitos humanos de crianças e adolescentes no espaço de convivência familiar e Comunitária.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| ARTICULAR PARCERIA COM A ASSISTÊNCIA SOCIAL E ENTIDADES DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVAS | 1 | PROMOVER O FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS FAMILIARES E/OU AFETIVOS. | REDE | 2015 - PERMANENTE |
| IDEM \_ RODA DE CONVERSA | 2 | PROMOVER A CONSCIENTIZAÇÃO DO PAPEL FAMILIAR | CONSELHO TUTELAR,  SEMEB | 2015 - PERMANENTE |
| IDEM \_ ORIENTAÇÕES SOBRE PRINCIPIOS E VALORES | 3 | REALIZAR PALESTRAS INFORMATIVAS SOBRE A IMPORTÂNCIA DA CONVIVÊNCIA FAMILIAR | CONSELHO TUTELAR | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 1.4 – Promover ações educativas de prevenção de violências e acidentes com crianças e adolescentes nas famílias e nas instituições de atendimento.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS EDUCATIVAS E DE ORINETAÇÕES/ PALESTRAS | 1 | \* ATIVIDADES PREVENTIVAS NA COMUNIDADE EM GERAL \* POLITICA DE PREVENÇÃO | GCM, CMDCA, CONSLEHO TUTELAR,  BOMBEIRO, PM,  POLICIA CIVIL | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 1.5 – Implementar o ensino dos direitos de crianças e adolescentes com base no ECA, ampliando as ações previstas na Lei 11.525/07, também para a educação infantil, ensino médio e superior.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| ARTICULAR A IMPLEMENTAÇÃO DO ENSINO DO ECA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL | 1 | \* ELABORAÇÃO DE MATERIAL ADAPTADO PARA A IDADE. \*QUALIFICAÇÃO DE DISSIMINADORES | SEMEB | 2015 - PERMANENTE |
| PROMOVER O TRABALHO DISCIPLINAR COM BASE NO ENSINO DOS ASPECTOS BASICOS DO ECA | 2 | \* AULAS E DISCUÇÕES SOBRE O TEMA. \*CONSCIENTIZAÇÃO DOS ENVOLVIDOS NO PROCESSO. | SEMEB | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico - 1.6 - Fomentar a cultura da sustentabilidade socioambiental no processo de educação em direitos humanos com crianças e adolescentes.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| DESENVOLVER A CONSCIENTIZAÇÃO ECOLÓGICA EM CRIANÇA E ADOLESCENTES | 1 | INCENTIVAR A EDUCAÇÃO AMBIENTAL | PATRULHA ECOLÓGICA,  SEMEB, ONG´S | MARÇO 2015 - PERMANENTE |

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 1 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | |
| **Diretriz 02 - Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.** | | | | |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.1 - Priorizar a proteção integral de crianças e adolescentes nas políticas de desenvolvimento econômico sustentável, inclusive com clausulas de proteção nos contratos comerciais nacionais e internacionais.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| AUMENTAR O NÚMERO DE EMPRESAS QUE ATENDAM ADOLESCENTES DENTRO DA LEI DO APRENDIZ | 1 | DICULGAÇAO DA LEI 12.010 LEI DA APRENDIZAGEM ATRAVÉS DE CAMPANHAS, MATERIAL INFORMATIVO E USO DA MÍDIA. | CMDCA | 2015 - Permanente |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.2 - Erradicar a pobreza extrema e superar as iniquidades que afetam o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes e suas famílias, por meio de um conjunto articulado de ações entre poder público e sociedade, com justiça social.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| OPORTUNIZAR O ACESSO A NOVOS BENEFICIARIOS AOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA | 1 | IDENTIFICAR E AVALIAR A ATUAL DEMANDA A FIM DE POSSIBILITAR A INCLUSÃO DE NOVOS BENEFICIÁRIOS | DMPAS | 2016  PERMANENTE |
| INVESTIR NA OFERTA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL AOS BENEFICIÁRIOS DOS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA | 2 | READEQUAÇÃO DOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES DE ACORDO COM AS NECESSIDADES ATUAIS | DMPAS | 2016  PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.3 – Erradicar a fome e assegurar a alimentação adequada de crianças, adolescentes, gestantes e lactantes, por meio da ampliação de políticas de segurança alimentar e nutricionais.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| GARANTIR O ACESSO AS POLITICAS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DOS QUE DELAS NECESSITEM | 1 | BUSCA ATIVA ATRAVÉS DOS SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS COM ARTICULAÇÃO E INFORMAÇÃO PRECISA | SEMEB,  DEPARTAMENTO DE SAÚDE,  DMPAS, CONSELHO DE ALIMETAÇÃO, CENTRAL DE ALIMENTAÇÃO, CONSELHO TUTELAR. | 2015  PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.4 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes e suas famílias aos serviços de proteção social básica e especial por meio da expansão e qualificação da política de assistência social.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| AMPLIAR E READEQUAR A OFERTA DE EQUIPAMENTOS PARA GARANTIR O ACESSO À POPULAÇÃO | 1 | ARTICULAÇÃO PARA EFETIVAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS JÁ REGULAMENTADAS. | DMPAS, CMDCA, CMAS | 2016 |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.5 – Universalizar o acesso ao registro civil e a documentação básica de crianças e adolescentes e suas famílias.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| GARANTIR O REGISTRO CIVIL E DOCUMENTAÇÃO BASICA ANTES DA SAÍDA DA MATERNIDADE | 1 | ARTICULAR JUNTO A SECRETARIA DA SAÚDE E CARTÓRIO A CONTINUIDADE E EXPANSÃO DAS AÇÕES JÁ REALIZADAS | CMDCA, REDE CRIANÇA, SAÚDE | 2015 |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.6- Priorizar e articular as ações de atenção integral a crianças de 0 a 6 anos, com base no Plano Nacional pela Primeira Infância.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| PRIORIZAR AÇÕES DE ATENÇÃO INTEGRAL A CRIANÇAS E ADOLESCENTES  DIVULGAR O PLANO NACIONAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA. | 1 | FAVORECER A CRIANÇÃO DE UM PROTOCOLO MUNICIPAL ENTRE OS SERVIÇOS DE SAÚDE E EDUCAÇÃO | CMDCA, CONSELHO TUTELAR, SEMEB, REDE CRIANÇA, DEPARTAMENTO DE SAÚDE. | 2016  PERMANENTE |
| AMPLIAÇÃO DOS SERVIÇOS DE CRAS NAS REGIÕES LESTE E OESTE.  READEQUAÇÃO DOS SERVIÇOS JÁ EXISTENTES (CRAS/CREAS) | DMPAS, CMAS, CONSELHO TUTELAR | 2015/2016 |
| REALIZAÇÃO DE PROJETOS QUE VISEM O PLANEJAMENTO FAMILIAR  AÇÕES ARTICULADAS ENTRE OS SERVIÇOS PARA OACOMPANHAMENTO DE VACINAS E DESENVOLVIMENTO INFANTIL. | SAUDE/ DMPAS | 2015  PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.7 – Expandir e qualificar políticas de atenção integral à saúde de crianças, adolescentes e suas famílias.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| EXPANSÃO E QUALIFICAÇÃO DAS POLÍTICAS | 1 | PARCERIA COM A SAÚDE PARA LEVANTAMENTOS DE DADOS  NECESSIDADES DE AMPLIAÇÕES DE UBS/ESF E DEMAIS SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA NAS REGIÕES ONDE NÃO HÁ OFERTAS DESSES SERVIÇOS  READEQUAÇÃO DAS UBS/ESF E DEMAIS SERVIÇOS DA ATENÇÃO BASICA ATENDENDO A NECESSIDADE DA DEMANDA ATUAL NOS SERVIÇOS JÁ EXISTENTES NO MUNICÍPIO | SEMEB, CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE | 2015 |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.8 - Universalizar o acesso e assegurar a permanência e o sucesso de crianças e adolescentes na educação básica, expandindo progressivamente a oferta de educação integral, com a ampliação da jornada escolar, dos espaços e das oportunidades educacionais.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| PROMOVER A UNIVERSALIZAÇÃO DO ACESSO PARA ESTE MUNICIPIO | 1 | CAMPANHAS, ARTICULAÇÃO, DISCUSSÕES E PARCERIAS | SEMEB, SECRETARIA ESTADUAL EDUCAÇÃO, ONG´S | 2016/2017 |
| MAPA DAS POPULAÇÕES | 2 | REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO | REDE CRIANÇA, CMDCA | 2015/2016 |
|  | |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.9: Implementar na educação básica o ensino da cultura afrobrasileira, africana e indígena, em cumprimentos das Leis de nºs 10.639/03 E 11.645/08.** | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| JÁ POSSUI DENTRO DA GRADE CURRICULAR | 1 | APRESENTAÇÃO DOS TRABALHOS DURANTE AS CONFERÊNCIAS | SEMEB,SECRETARIA ESTADUAL EDUCAÇÃO, ONG´S | 2015  PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.10 – Fomentar a interação social de crianças e adolescentes com deficiência auditiva, por meio do ensino da língua de sinais na comunidade escolar, garantido sua inclusão no currículo da educação básica.** | | | | | **ETAPA** |
| **META:** | 1 | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| JÁ POSSUI DENTRO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO |  | APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DURANTE AS CONFERÊNCIAS | SEMEB, SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO | 2015  PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.11 – Promover o acesso de crianças e adolescentes às Tecnologias de Informação e Comunicação e à navegação segura na Internet, como formas de efetivar seu direito à comunicação, observando sua condição peculiar de pessoas em desenvolvimento.** | | | | | **ETAPA** |
| **META:** | 1 | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| PROPOR CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO PARA O ACESSO SEGURO  EXPANSÃO DO ACESSO |  | REALIZAÇÃO DE COMPANHAS ATRAVÉS DE MATERIAL INFORMATIVO, PALESTRAS E TODOS OS TIPOS DE MÍDIA  AMPLIAÇÃO DE OFERTA DOS SERVIÇOS E PROJETOS | SEMEB, SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CONSELHO TUTELAR, ONG´S  PREFEITURA, CMDCA, CONSELHO TUTELAR | 2015  PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.12 - Consolidar a oferta de ensino profissionalizante de qualidade, integrado ao ensino médio, com fomento à inserção no mercado de trabalho dos adolescentes a partir dos 16 anos, de acordo com a legislação vigente.** | | | | | **ETAPA** |
| **META:** | 1 | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| QUALIFICAR OS ADOLESCENTES INSERIDOS NOS PROGRAMAS JÁ EXISTENTES  GARANTIR A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS OPORTUNIZANDO A PARTICIPAÇÃO DE MAIOR NÚMERO DE ADOLESCENTES |  | VIABILIZAR CAMPANHAS DE PROMOÇÃO AO ACESSO DOS ADOLESCENTES NOS PROGRAMAS JÁ EXISTENTES  CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO AOS ADOLESCENTES E SEUS RESPONSÁVEIS E EMPRESAS DO MUNICIPIO  PROPAGAR AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS PROGRAMAS JÁ EXISTENTES  ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADA PARA ESSA DEMANDA | SENAC, PREFEITURA, ONG´S, ETEC, SEMEB, CONSELHO TUTELAR, CMDCA | 2015 PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.13 - Ampliar o acesso de adolescentes a partir de 14 anos a programas de aprendizagem profissional de acordo com a Lei nº 10.097/00.** | | | | | **ETAPA** |
| **META:** | 1 | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| QUALIFICAR OS ADOLESCENTES INSERIDOS NOS PROGRAMAS JÁ EXISTENTES  GARANTIR A AMPLIAÇÃO DA OFERTA DE SERVIÇOS OPORTUNIZANDO A PARTICIPAÇÃO DE MAIOR NÚMERO DE ADOLESCENTES |  | VIABILIZAR CAMPANHAS DE PROMOÇÃO AO ACESSO DOS ADOLESCENTES NOS PROGRAMAS JÁ EXISTENTES  CAMPANHA DE ESCLARECIMENTO AOS ADOLESCENTES E SEUS RESPONSÁVEIS E EMPRESAS DO MUNICIPIO  PROPAGAR AS INFORMAÇÕES ACERCA DOS PROGRAMAS JÁ EXISTENTES  ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADA PARA ESSA DEMANDA | SENAC, PREFEITURA, ONG´S, ETEC, SEMEB, CONSELHO TUTELAR, CMDCA | 2015 PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.14 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas culturais, que nas suas diversas expressões e manifestações considerem sua condição peculiar de desenvolvimento e potencial criativo.** | | | | | **ETAPA** |
| **META:** | 1 | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| PROVOCAR/ FOMENTAR A CRIAÇÃO DE POLÍTICA CULTURAIS PARA CRIANÇA E ADOLESCENTES |  | ARTICULAÇÃO PARA MOBILIZAÇÃO COM O CONSELHO E A COORDENADORIA DE CULTURA.  ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS COM ACESSIBILIDADE PARA TODOS. | CMDCA, REDE, CONSELHO TUTELAR, PREFEITURA | 2015 PERMANENTE |
|  |  |  |  |  |
| **Objetivo Estratégico 2.15 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a políticas e programas de esporte e lazer, de acordo com sua condição peculiar de desenvolvimento, assegurada a participação e a acessibilidade de pessoas com deficiências.** | | | | | **ETAPA** |
| **META:** | 1 | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** |
| FOMENTAR A CRIAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PROGRAMAS DE ESPORTE E LAZER |  | ARTICULAR E MOBILIZAR COM O CONSELHO E DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER.  ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER COM GARANTIAS DE ACESSIBILIDADE | CMDCA, REDE, CONSELHO TUTELAR, PREFEITURA | 2015 PERMANENTE |

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS** | | | | | | | |
| **Diretriz 03 - Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política.** | | | | | | | |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.1 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a promoção, proteção e defesa do direito de crianças e adolescentes à convivência familiar e comunitária, com base na revisão e implementação do Plano nacional temático.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** | |
| REESTRUTURAÇÃO DO ACESSO DEMOCRÁTICO AOS CENTROS COMUNITÁRIOS | 1 | ATICULAÇÃO COM OS SERVIÇOS RESPONSÁVEIS;  DIVULGAÇÃO DAS DIVERSAS ATIVIDADES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO | | DME/CULTURA/SEMEB | | 2015/2016 | |
| REESTRUTURAÇÃO DA ACESSIBILIDADE AOS CENTROS COMINITÁRIOS | 2 | ATICULAÇÃO COM OS SERVIÇOS RESPONSÁVEIS;  PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DE OBRAS DE ACESSIBILIDADE | | DME/ DEPARTAMENTO DE OBRAS E PLANEJAMENTO | | 2015/2016 | |
| INCENTIVO Á PRATICA SESPORTIVA E CULTURAIS A FIM DE ESTABELECER A CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA INTERPESSOAL | 3 | DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO, MOTIVAÇÃO DAS PRÁTICAS ESPORTIVAS E CULTURAIS COM A DEVIDA ORIENTAÇÃO;  IMPLANTAÇÃO/IMPLEMENTAÇÃODE ATIVIDADES ESPORTIVAS, CULTURAIS, DE LAZER E OFICINAS DE APOIO E ORIENTAÇÃO SÓCIO EDUCATIVO | | DME / CULTURA | | 2015/2016 | |
|  |  |  | |  | |  | |
| **Objetivo Estratégico 3.2 - Implementar políticas e programas de atenção e reabilitação de crianças e adolescentes acidentados.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| VALORIZAÇÃO DO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 1 | IMPLANTAÇÃO DE SETOR ESPSCIALIZADO AO ATENDIMENTO PRIORITÁRIO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE ACIDENTES | | | DMS / CEREST / UNIFAFIBE | | 2016 |
|  |  |  | | |  | |  |
|  |  |  | | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.3 – Estabelecer e implementar protocolos para a proteção de crianças e adolescentes em situação de emergências, calamidades, desastres naturais e assentamentos precários.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| REESTRUTURAR O TRABALHO EM REDE | 1 | | ARTICULAÇÃO COM OS NOVOS SERVIÇOS E PARCEIROS;  DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTANCIA DO TRABALHO EM REDE;  REUNIÕES EFETIVAS EM REDE | | CONSELHO TUTELAR / REDE / DEFISA CIVIL E BOMBEIROS | | 2015/2016 |
| VIABILIZAR A AVALIAÇÃO INTERDISCIPLINAR DE CADA SITUAÇÃO OCORRIDA | 2 | | ARTICULÇAÕ COM OS SEVIÇOS AFETOS A ESA DEMANDA;  DIVULGAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO DA IMPORTANCIA DO TRABALHO EM REDE COM ESSA DEMANDA;  REUNIÕES EFETIVAS EM REDE | | CONSELHO TUTELAR / REDE | | 2015/2016 |
| EFETIVAR O TRABALHO EM REDE | 3 | | REUNIÕES EFETIVAS EM REDE | | CONSELHO TUTELAR / REDE/ VIGILANCIA EPIDEMIOLÓGICA E SANITÁRIA/ DMS/ DMPAS; | | 2015/2016 |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.4 – Fomentar a criação de programas educativos de orientação e de atendimento a familiares, responsáveis, cuidadores ou demais envolvidos em situações de negligencia, violência psicológica, física e sexual.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| CONSCIENTIZAR A SOCIEDADE EM GERAL ACERCA DOS TIPOS DE VIOLÊNCIA | 1 | | PALESTRAS, ATIVIDADES EDUCATIVAS EM GERAL, ATIVIDADES ARTÍSTICAS | | CT / REDE / CMDCA / SEMEB | | 2015 - PERMANENTE |
| IMPLEMENTAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS E SERVIÇOS AFETOS A ESSA PROBLEMÁTICA | 2 | | ARTICULAR PARCERIAS COM OS SEVIÇOS JÁ EXISTENTES;  ATENÇÃO E ATENDIMENTOS ESPECIALIZADOS; | | CONSELHO TUTELAR/CMDCA / DMS / UNIFAFIBE / DMPAS | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.5 –Definir diretrizes para as atividades de prevenção ao uso de drogas por crianças e adolescentes conforme a Lei 11. 343/06, bem como ampliar, articular e qualificar as políticas sociais para prevenção e atenção a crianças e adolescentes usuários e dependente de álcool e drogas.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| AMPLIAÇÃO DOS PROGRAMAS DE PREVENÇÃO ÁS DROGAS EM TODA A SOCIEDADE | 1 | | PALESTRAS, AÇÕES PREVENTIVAS EM ESCOLAS E CENTROS COMUNITÁRIOS; | | COMAD / SEMEB / ONG’S / GRUPOS DE APOIO | | 2015 - PERMANETE |
| IMPLANTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE SEVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE ATENDAM ESSA DEMANDA | 2 | | FOMENTOS E DELIBERAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DENTRO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS | | COMAD/CMS/CMDCA / CMAS | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.6 –Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para a proteção e defesa de crianças e adolescentes identificadas em situação de trabalho infantil, com base no Plano Nacional temático.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| \*CONSCIENTIZAÇÃO DA DEFINIÇÃO DO QUE É TRABALHO INFANTIL \*TRABALHAR A AUTO PROTEÇÃO | 1 | | PALESTRAS, ATIVIDADES ARTISTICAS E EDUCATIVAS | | DEMEC/ CONSELHO TUTELAR/ONG’S | | 2015 - PERMANETE |
|  |  | |  | |  | |  |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.7 Definir diretrizes e implementar políticas sociais articuladas que assegurem a proteção integral e o direito à convivência familiar e comunitária de crianças e adolescentes em situação de rua.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| LEVANTAMENTO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE RUA | 1 | | AÇÕES EM REDE A FIM DE AMPLIAR A CAPACIDADE DE IDENTIFICAÇÃO | | CONSELHO TUTELAR | | 2015/2016 |
| FAVORECER O ATENDIMENTO AOS VITIMIZADOS PELA SITUAÇÃO | 2 | | POLITICAS PUBLICAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AO INDIVIDUO VITIMIZADO | | CMDCA E CONSELHO TUTELAR/CMAS/DMPAS | | 2015/2016 |
| ATENDIMENTO INTERDISCIPLINAR AOS CASOS ESPECÍFICOS | 3 | | ARTICULAR REDES EM PROL DA INTERDISCIPLINIEDADE | | CMDCA/ CONSELHO TUTELAR/CMAS/DMS/DMPAS | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.8 – Aperfeiçoar instrumentos de proteção e defesa de crianças e adolescentes para enfrentamento das ameaças ou violações de direitos facilitadas pelas Tecnologias de Informação e Comunicação.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| CONSCIENTIZAR OS ADOLESCENTES E CRIANÇAS ACERCA DA UTILIZAÇÃO DAS TÉCNOLOGIAS DA COMUNICAÇÃO | 1 | | PALESTRAS, ATIVIDADES EDUCATIVAS E ARTISTICAS. | | DEMEC / CT / SEMEB / CMDCA / ONG’S | | 2015 - PERMANENTE |
| ORIENTAÇÃO ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTESSOBRE A POSTURA CORRETA EM REDES SOCIAIS COMO FORMA DE PROTEÇÃO; | 2 | | PALESTRAS, ATIVIDADES EDUCATIVAS E ARTISTICAS. | | DEMEC / CT / CMDCA / ONG’S | | 2015 - PERMANENTE |
| ORIENTAÇÃO ÁS FAMILIAS SOBRE OS CUIDADOS COM AS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACERCA DA UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO; | 3 | | PALESTRAS, REUNIÕES E ATIVIDADES EDUCATIVAS E ARTISTICAS. | | DEMEC / CT / CMDCA / ONG’S | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.9 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, com base no Plano Nacional temático.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO | 1 | | PASSEATA 18 DE MAIO  MATERIAL INFORMATIVO E EDUCATIVO  PALESTRAS / CURSOS /CAPACITAÇÕES | | REDE /SEMEB / ONG’S / CRAS / DMS / DME | | 2015 – PERMANENTE |
| CAPACITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO DOS PROFISSIONAIS A FIM DE IDENTIFICAR CASOS ESPECÍFICOS | 2 | | MATERIAL INFORMATIVO E EDUCATIVO  PALESTRAS / CURSOS /CAPACITAÇÕES | | REDE /SEMEB / ONG’S / CRAS / DMS / DME | | 2015 – PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.10 - Definir e implementar políticas e programas de prevenção e redução da mortalidade de crianças e adolescentes por violências, em especial por homicídio.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| DESPERTAR A CULTURA DA NÃO VIOLÊNCIA | 1 | | ARTICULAÇÃO COM OS SERVIÇOS DA REDE DE ATENDIMENTO;  CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO E PREVENÇÃO  ATIVIDADES EDUCATIVAS E ARTISTICAS | | CMDCA /CMAS / CULTURA / DME / ONG’S / SEMEB | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.11 – Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atenção a crianças e adolescentes em situação de violências, com base nos princípios de celeridade, humanização e continuidade no atendimento.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| IMPLEMENTAÇÃO DO FLUXO DE ATENDIMENTO Á CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTMIAS DE VIOLÊNICA AUMENTANDO A FUNCIONALIDADE DAS AÇÕES EM REDE | 1 | | ARTICULAÇÃO COM A REDE DE ATENDIMENTO  REUNIÕES PERIÓDICAS; | | REDE PROTETIVA / CONSELHO TUTELAR / CREAS / DMPAS / DMS / CMDCA / CMAS | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.12 – Ampliar e articular políticas, programas, ações e serviços para atendimento a adolescentes autores de ato infracional, a partir da revisão do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, observadas as responsabilidades do executivo e do sistema de justiça.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| AMPLIAÇÃO DAS PARCERIAS PARA O PSC | 1 | | ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO ESPECIALIZADO | | CONSELHO TUTELAR / CREAS/ DMPAS / JUDICIÁRIO | | 2015 |
| GARANTIR PARA OS ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, VAGAS NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO | 2 | | ARTICULAR PARCERIA COM A REDE ESTADUAL DE ENSINO | | CONSELHO TUTELAR / CREAS/ DMPAS / JUDICIÁRIO | | 2015/2016 |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.13 - Formular diretrizes e parâmetros para estruturação de redes integradas de atendimento de crianças e adolescentes egressos do sistema sócio-educativo e do acolhimento institucional.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| AMPLIAR E READEQUAR OS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS | 1 | | ARTICULAÇÃO COM A REDE | | REDE/ COSELHOS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS | | 2015 - PERMANENTE |
| AUMENTAR O NÚMERO DE ATENDIMENTOS INTERDISCIPLINAR | 2 | | ARTICULAÇÃO COM A REDE  ELABORAÇÃO DE PROTOCOLOS DE ENCAMINHAMENTOS E ATENDIMENTOS | | REDE/ COSELHOS E DEPARTAMENTOS MUNICIPAIS | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  | |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 3.14 – Implantar mecanismos de prevenção e controle da violência institucional no atendimento de crianças e adolescentes, com ênfase na erradicação da tortura.** | | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| IDENTIFICAR A DEMANDA NO MUNICÍPIO | 1 | | REALIZAÇÃO DE UM DIAGNÓSTICO | | CMDCA/ CONSELHO TUTELAR / REDE | | 2015 - PERMANENTE |
| ADEQUAR O ATENDIMETO DOS CASOS IDENTIFICADOS | 2 | | ARTICULAÇÃO NA REDE DE ATENDIMENTO  REUNIÕES PERIÓDICAS  CAPACITAÇÕES | | CMDCA/ CMAS / CONSELHO TUTELAR / REDE / ONG’S | | 2015 - PERMANENTE |
| CONSCIENTIZAR A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EM REDE E INTERDISCIPLINAR ÁS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA | 3 | | ARTICULAÇÃO NA REDE DE ATENDIMENTO  REUNIÕES PERIÓDICAS  CAPACITAÇÕES  DIVULGAÇÃO NA MÍDIA E IMPRENSA | | CMDCA/ CMAS / CONSELHO TUTELAR / REDE / ONG’S | | 2015 - PERMANENTE |
| |  |  |  |  |  | | --- | --- | --- | --- | --- | | **EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS** | | | | | | **Diretriz 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.** | | | | | |  |  |  |  |  | | **Objetivo Estratégico 4.1– Implantar e aprimorar o funcionamento de conselhos tutelares em todos os municípios, de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo CONANDA.** | | | | | | **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** | | APRIMORAR O FUNCIONAMENTO DO CONSELHO TUTELAR | 1 | DELINEAR/ MAPEAR AS NECESSIDADES DO CONSELHO TUTELAR;  CAPACITAÇÃO CONTINUADA DOS CONSELHEIROS TUTELARES; | CMDCA | 2015 - PERMANENTE | | GARANTIR SUPERVISÃO E ORIENTAÇÃO PERMANENTE AO CONSELHO TUTELAR ATRAVÉS DE TÉCNICOS DA MUNICIPALIDADE | 2 | ARTICULAÇÃO COM O PODER PUBLICO PARA GARANTIA DE RECURSOS NA LDO | REDE / CMDCA | 2016 | | APRIMORAR O LEVANTAMENTO DE DADOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 3 | CAPACITAÇÃO CONTINUADA;  REATIVAR O SÍPIA;  MANUTENÇÃO E ATUALIZAÇÃO DOS DADOS ATRAVÉS DA APLICAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTAIS E SISTEMAS; | CMDCA | 2015 - PERMANENTE | |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  | | **EIXO 2 - PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS** | | | | | | **Diretriz 05 – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.** | | | | | |  |  |  |  |  | | **Objetivo Estratégico 5.1 – Articular e aprimorar os mecanismos de denúncia, notificação e investigação de violações dos direitos de crianças e adolescentes.** | | | | | | **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** | | ARTICULAÇÃO ENTRE OS SEVIÇÕES DA REDE DE ATENÇÃO E ATENDIMENTO | 1 | ENCONTROS SISTEMÁTICOS;  REUNIÕES PERIÓDICAS; | CONSELHOS MUNICIPAIS / REDE / CONSELHO TUTELAR | 2016 | | READQUAÇÃO DOS FLUXOGRAMAS E PROROCOLOS D ATENDIMENTOS | 2 | ENCONTROS SISTEMÁTICOS;  REUNIÕES PERIÓDICAS;  CAPACITAÇÕES; | CONSELHOS MUNICIPAIS / REDE / CONSELHO TUTELAR/ ONG’S | 2016 | | APRIMORAR OS MECANISMOS DE INVESTIGAÇÃO DE CASOS DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS | 3 | ENCONTROS COM A REDE SOCIOASSISTÊNCIAL;  REUNIÕES PERIÓDICAS;  CAPACITAÇÕES DOS CONSELHOS;  ADEQUAÇÃO DE RH FISICOS E MATERIAL DOS ORGÃOS PUBLICOS | CONSELHOS MUNICIPAIS / REDE / CONSELHO TUTELAR/ ONG’S | 2016 | |  |  |  |  |  | |  |  |  |  |  | | **Objetivo Estratégico 5.2 – Incentivar processos de aprimoramento institucional, de especialização e de regionalização dos sistemas de segurança e justiça, para a garantia dos direitos de crianças e adolescentes.** | | | | | | **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** | | PARCERIAS COM O PODER JUDICIÁRIO | 1 | ARTICULAÇÃO COM O PODER JUDICIÁRIO | CMDCA/CMAS/CONSELHO TUTELAR | 2016 - PERMANENTE | | PARCERIA COM O SISTEMA DE SEGURANÇA | 2 | ARTICULAÇÃO COM O SISTEMA DE SEGURANÇA | CMDCA/CMAS/ CONSELHO TUTELAR | 2016 - PERMANENTE | |  |  |  |  |  | | **Objetivo Estratégico 5.3 - Fortalecer a capacidade institucional dos órgãos de responsabilização para o rompimento do ciclo de impunidade e para o enfrentamento de violações dos direitos de crianças e adolescentes.** | | | | | | **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | **RESPONSÁVEL** | **PRAZO** | | REALIZAÇÃO DE CAMPANHAS INFORMATIVAS | 1 | ARTICULAÇÃO DA REDE PARA REALIZAÇÃO DAS CAMPANHAS;  DIVULGAÇÃO NA MÍDIA, REDES SOCIAIS, E IMPRENSA; | REDE / CMDCA | 2016 - PERMANENTE | | FORTALECIMENTO DO CONSELHO TUTELAR E DEMAIS ÓRGÃOS QUE COMPÕEM O SGDCA | 2 | REALIZAÇÃO DE CAPACITAÇÃO, PALESTRAS E ENCONTROS DE FORMAÇÃO PRA OS ATORES ENVOLVIDOS NA REDE SOCIOASSISTENCIAL;  REUNIÕES PERIÓDICAS; | REDE / CMDCA | 2016 - PERMANENTE | | | | | | | | | |  |  |  |  |

|  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **EIXO 3 – PROTAGONISMO E PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | | | |
| **Diretriz 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política.** | | | | | | |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 6.1 - Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.** | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| ESTIMULAR A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NOS ESPAÇOS E INSTÂNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA(CONSELHOS E AFINS) | 1 | REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS ANUAIS E PRÉ CONFERÊNCIAS SEMESTRAIS ( CONFORME RESOLUÇÕES CONDECA E CONANDA0 | | CMDCA/CONSELHO TUTELAR / ONG’S | | 2015 - PERMANENTE |
| DIVULGAÇÃO DOS ESPAÇOS E INSTÂNCIAS PARA A CONSTRUÇÃO DE CIDADANIA(CONSELHOS E AFINS) | 2 | DIVULGAÇÃO ENTRE O PUBLICO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES | | CMDCA/CONSELHO TUTELAR / ONG’S / SEMEB | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 6.2 - Promover oportunidades de escuta de crianças e adolescentes nos serviços de atenção e em todo processo judicial e administrativo que os envolva.** | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| ARTICULAR OS ESPAÇOS JÁ EXISTENTES OPORTUNIZANDO MOMENTOS DE ESCUTA ÁS CRIANÇAS E ADOLESCENTES | 1 | ARTICULAÇÃO COM OS SERVIÇÕES / REDE DE ATENCIMENTOS E JUDICIÁRIO | | CONSELHOS MUNICIPAIS / CONSELHO TUTELAR | | 2016 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivos Estratégico 6.3 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões.** | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| OPORTUNIZAR ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACESSO AOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO | 1 | BUSCAR PARCERIAS E CONVÊNIOS COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO | | CMDCA/ COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **EIXO 4 – CONTROLE SOCIAL DA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS** | | | | | | |
| **Diretriz 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões.** | | | | | | |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 7.1 –Universalizar os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, qualificando suas atribuições de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes e de mobilizar a sociedade.** | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| RESSTRUTURAR O FUNCIONAMENTO DO CMDCA DE FORMA A QUE TODAS AS COMISSÕES TEMÁTICAS APRESENTEM PROPOSTAS DE POLÍTICAS PÚBLICAS A SEREM IMPLEMENTADAS PELAS SECRETARIAS E DIRETORIAS DO MUNICÍPIO. | 1 | PUBLICAR OS MEMBROS DE CADA COMISSÃO, DEFINIR OS DIAS DE HORÁRIOS DE REUNIÃO ENTRE SEUS MEMBROS E ESTIPULAR ATAS SOBRE OS ASSUNTOS TRATADOS E QUAIS AS NECESSIDADES, DIFICULDADES E FACILIDADES ENCONTRADAS  CAPACITAÇÃO CONTINUADA | | CMDCA / REDE | | 2015 |
| PUBLICIZAR OS DIAS DE REUNIÃO DA PLENÁRIA DOS CONSELHOS, DE PREFERÊNCIA COM A PAUTA A SER ABORDADA EM CADA REUNIÃO | 2 | ENCAMINHAR PARA PUBLICAÇÃO OS DIAS DE REUNIÃO E A PAUTA (REUNIÕES EXTRAORDINÁRIAS DEVEM SER COMUNICADAS QUANDO DE SUA DECISÃO). | | CMDCA | | 2015 - PERMANENTE |
| CONTAR COM O APOIO DA REDE CRIANÇA PARA DIVULGAÇÃO DAS REUNIÕES E PROGRAMAÇÃO DAS CAMPANHAS E ATIVIDADES E REALIZAÇÃO DAS CAPACITAÇÕES | 3 | ESTABELECER EM ATA A CONTINUIDADE DA PARCERIA ENTRE AS AÇÕES DO CMDCA E AS AÇÕES DA REDE CRIANÇA. | | CMDCA / REDE | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 7.2 – Apoiar a participação da sociedade civil organizada em fóruns, movimentos, comitês e redes, bem como sua articulação nacional e internacional para a incidência e controle social das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes e dos compromissos multilaterais assumidos.** | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| PROMOVER E PARTICIPAR DE: WORKSHOPS, ENCONTROS, CAPACITAÇÕES, SEMINÁRIOS E PALESTRAS PARA OS MEMBROS DAS ENTIDADES CADASTRADAS NO CMDCA E OUTRAS QUE POR VENTURA TRABALHEM COM O ATENDIMENTO, GARANTIA E DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO MUNICÍPIO | 1 | PROMOVER E PARTICIPAR DE EVENTOS PARA CAPACITAÇÃO DOS ATORES DA REDE DE GARANTIA E EMPODERAMENTO DO SISTEMA DE GARANTIA DE DIREITOS  CONFECÇÃO DE MATERIAL FORMATIVO E INFORMATIVO PERMANENTE PARA PARTICIPAÇÃO NOS EVENTOS QUE ACONTECEREM NO MUNICIPIO | | CMDCA / REDE CRIANÇA | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  |  | |
| **EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | | | |  |
| **Diretriz 08 - Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentadas nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e coresponsabilidade dos três níveis de governo.** | | | | | | |  |
|  | **ETAPA** |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 8.1 - Estabelecer mecanismos e instâncias para a articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera de governo na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.** | | | | | | | 1 |
| **META:** |  | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| ORGANIZAR, CONVOCAR E REALIZAR REUNIÕES COM OS DIVERSOS ATORES DA REDE DE GARANTIA DE DIREITOS PARA EXPOR AÇÕES REALIZADAS E IDENTIFICAR O ANDAMENTO DA EFETIVAÇÃO DO PLANO PACTUADO NO MUNICÍPIO (PLANO MUNICIPAL) |  | REALIZAR PELO MENOS 04 (QUATRO) REUNIÕES ANUAIS, COM DURAÇÃO SUFICIENTE (DE 4 A 7 HORAS) PARA O DEBATE E CONCLUSÕES. TUDO REGISTRADO EM ATA E SEUS TÓPICOS RELEVANTES APRESENTADOS EM REUNIÃO PLENÁRIA DO CMDCA, PARA DELIBERAÇÃO PERTINENTE. | | CMDCA / REDE CRIANÇA / CONSELHO TUTELAR | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | | | |  |
| **Diretriz 09 – Efetivação da prioridade absoluta no ciclo e na execução orçamentária das três esferas de governo para a Política Nacional e Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, garantindo que não haja cortes orçamentários.** | | | | | | |  |
|  | **ETAPA** |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 9.1 - Dotar a política dos direitos humanos de crianças e adolescentes de recursos suficientes e constantes para implementação das ações do Plano Decenal, com plena execução orçamentária.** | | | | | | | 1 |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| GARANTIR JUNTO AO EXECUTIVO MUNICIPAL QUE AS SECRETARIAS E DIRETORIAS QUE TENHAM PROGRAMAS OU AÇÕES QUE ATENDAM DIRETA OU INDIRETAMENTE AS GARANTIAS ESTABELECIDAS NO ESTATUTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, ENCAMINHEM PARA O CMDCA O ORÇAMENTO QUE FOI PROPOSTO PARA A PASTA (NAS REFERIDAS AÇÕES) E SUA CONSEQUENTE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, COM O NÍVEL DE DETALHAMENTO REALIZADO PELO RESPONSÁVEL PELA AÇÃO (O QUE FOI FEITO, ONDE FOI EXECUTADO, QUANTOS FORAM OS BENEFICIADOS, FAIXA ETÁRIA,ETC..) |  | DELIBERAR EM PLENÁRIA DO CMDCA TAL GARANTIA, PUBLICIZAR A DECISÃO  ARTICULAR E ENCAMINHAR PARA O GESTOR MUNICIPAL A SOLICITAÇÃO, PARA QUE OCORRA O FLUXO DAS INFORMAÇÕES | | CMDCA (ATRAVÉS DOS SEUS CONSELHEIROS GOVERNAMENTAIS) E REDE CRIANÇA | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 9.2 – Estabelecer e implementar mecanismos de cofinanciamento e de repasse de recursos do Fundo da Infância e adolescência entre as três esferas de governo, na modalidade Fundo a Fundo, para as prioridades estabelecidas pelo plano decenal, de acordo com os parâmetros legais e normativos do Conanda.** | | | | | | | 1 |
| **META:** | 2 | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| ACOMPANHAR AS DELIBERAÇÕES D CONDECA / CONANDA E DEMAIS FINANCIADORES EDITAIS DE FINANCIAMENTOS DE PROJETOS |  | CONSULTAS PERIÓDICAS A ESTES ÓRGÃOS | | COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA (CMDCA) | | 2015 - PERMANENTE |
| MANTER CONTA ESPECÍFICA DO FUNDO PARA CADA EXIGÊNCIA ESTADUAL OU FEDERAL PARA RECEBIMENTO DOS REPASSES POSSÍVEIS |  | SOLICITAR A ABERTURA DAS CONTAS NECESSÁRIAS AOS REPASSES ESTADUAIS E FEDERAIS. INFORMAR OS MESMOS PARA O CONANDA. | | COMISSÃO DE FINANÇAS (CMDCA) / FINANCEIRO DA PREFEITURA | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | | | |
| **Diretriz 10 – Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.** | | | | | | |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 10.1 – Formular e Implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo Conanda, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.** | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS DE DIREITOS E TUTELARES NOS EVENTOS DA ASSSITÊNCIA SOCIAL, SAÚDE, EDUCAÇÃO, JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA E TAMBÉM NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELO PRÓPRIO CMDCA.  ASSIM TAMBÉM NOS EVENTOS PROMOVIDOS PELOS CONSELHOS ESTADUAIS E NACIONAL. | 1 | ARTICULARA PARCERIAS COM OS DEMAIS CONSELHOS DE DIREITOS HUMANOS (EDUCAÇÃO, SAÚDE, DESENVOLVIMENTO SOCIAL, SEGURANÇA, CULTURA, ETC..) PARA QUE HAJA UMA PARTICIPAÇÃO DOS CONSELHEIROS NOS EVENTOS RECÍPROCOS. | | COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA (CMDCA) | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | | | |
| **Diretriz 11 – Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes, facilitado pela articulação de sistemas de informação.** | | | | | | |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 11.1 – Desenvolver metodologias e criar mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação da política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.** | | | | | | |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| ESTABELECER PARCERIAS COM PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS ENTRE AS SECRETARIAS MUNICIPAIS PARA O ENCAMINHAMENTO E RECEBIMENTO DOS DADOS EM QUE CADA UMA COLABORA PARA A EFETIVAÇÃO DAS AÇÕES DO PLANO DECENAL.(MONITORAMENTO) | 1 | DELIBERAR E PUBLICIZAR O MODO COMO AS INFORMAÇÕES SERÃO ENCAMINHADAS E SUA PERIODICIDADE (PROTOCOLOS E PROCEDIMENTOS) | | CMDCA / REDE | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 11.2 – Universalizar o Sistema de Informação para Infância e adolescência - Sipia, mediante a co-responsabilidade do poder público, em articulação com outras bases de dados nacionais sobre crianças e adolescentes.** | | | | | | | 1 |
| **META:** | 2 | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| CAPACITAR O CONSELHO TUTELAR PARA UTILIZAÇÃO DO SIPIA |  | DELIBERAÇÕES SOBRE O CONSELHO TUTELAR ACERCA DA PARTICIPAÇÃO NAS CAPACITAÇÕES E UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DO SIPIA | | CMDCA / REDE | | 2015 - PERMANENTE |
| ANALISAR OS DADOS LANÇADOS NOS RELATÓRIOS ELABORADOS PELO CONSELHO TUTELAR (DE PREFERÊNCIA ATRAVÉS DO SIPIA) E SOLICITAR OU FORMULAR PROPOSTAS DE SOLUÇÃO A SEREM EXECUTADAS NAS DIVERSAS SECRETARIAS/DIRETORIAS DO MUNICÍPIO. |  | DELIBERAR A MANEIRA QUE OS DADOS DEVEM SER ENCAMINHADOS; DEPOIS DEFINIR QUAIS SERÃO OS PONTOS OU EIXOS RELEVANTES, QUAIS AS PROPOSTAS DE SOLUÇÃO E O ENCAIMNHAMENTO AO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA CONHECIMENTO DO QUE ESTÁ SENDO REALIZADO EM PROL DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE. | | CMDCA / REDE | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
|  |  |  | |  | |  |
| **EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | | | |  |
| **Diretriz 12 – Produção de conhecimentos sobre a infância e a adolescência, aplicada ao processo de formulação de políticas públicas.** | | | | | | |  |
|  | **ETAPA** |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 12.1 – Fomentar pesquisas no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, com a difusão pública de seus resultados.** | | | | | | | 1 |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| DELIBERAR SOBRE OS PARAMETROS PARA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO DE ACORDO COM AS NECESSIDADES DO CMDCA | 2 | LEVANTAR AS INFORMAÇÕES ACERCA DAS NECESSIDADES E PRIORIDADES DO CMDCA PARA REALIZAÇÃO DA DELIBERAÇÃO;  ARTICULAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES E FACULDADES DO MUNICIPIO PARA ESTABELECER PARCERIAS NA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO; | | CMDCA / REDE | | 2015 - PERMANENTE |
| CONTRATAR / BUSCAR PARCERIAS PARA ELABORAÇÃO DO DIAGNÓSTICO MUNICIPAL REFERENTE A SITUAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES E SUAS NECESSIDADES.  O DIAGNÓSTICO DEVERÁ SER REALIZADO, E ATUALIZADO ANUALMENTE. | 3 | ARTICULAÇÃO COM AS UNIVERSIDADES E FACULDADES DO MUNICIPIO PARA ESTABELECER PARCERIAS NA REALIZAÇÃO DO DIAGNÓSTICO;  CASO NECESSÁRIO DELIBERAR SOBRE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE DIAGNÓSTICO E ELABORAÇÃO DE PROPOSTAS DE AÇÃO. | | CMDCA / REDE | | 2015 - PERMANENTE |
| ANALIZAR OS DADOS E AS AÇÕES APRESENTADAS PLEOS PARCEIROS OU PELA EMPRESA QUE REALIZAR O DIAGNÓSTICO E APROVADAS PELO CMDCA, PARA ENTREGA AO GESTOR DO EXECUTIVO PARA QUE SEJA INCLUSO NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS. |  | ESTRUTURAR AS AÇÕES PROPOSTAS, DE PREFERÊNCIA COM A IDENTIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS DE GOVERNO, PARA INCLUSÃO NA LDO. | | CMDCA / REDE | | FINAL DO MÊS DE ABRIL DE CADA EXERCÍCIO.  (AÇÃO PERMANENTE) |
|  |  |  | |  | |  |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 12.2 - Identificar, apoiar e difundir práticas inovadoras no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, visando o intercâmbio de experiências para o aperfeiçoamento de políticas públicas.** | | | | | | | 1 |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| PROMOVER EVENTO ANUAL, COM PREMIAÇÃO PARA AS 10 (DEZ) MELHORES IDEIAS E/OU AÇÕES DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO OU DEFESA DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES. |  | REALIZAR TODO MÊS DE JULHO (POR OCASIÃO DO ANIVERSÁRIO DO ECA) UM EVENTO DE DSICUSSÃO DO ECA E REALIZAR PREMIAÇÃO DAS MELHORES IDEIAS. O CONCURSO DEVE SER PUBLICADO EM FEVEREIRO E RECEBER AS IDEIAS ATÉ MAIO; AS MESMAS SERÃO JULGADAS EM JUNHO E AS CAMPEÃS PREMIADAS EM JULHO. | | CMDCA / REDE | | 2016 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 12.3 - Promover o intercâmbio científico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão nos temas relativos a crianças e adolescentes.** | | | | | | | 1 |
| **META:** | 2 | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| ARTICULAR PARCERIAS COM AS ESCOLAS, FACULDADES, UNIVERSIDADES DO MUNICIPIO PROPONDO ESTA AÇÃO; |  | REUNIÕES PERÓDICAS | | CMDCA / REDE / CONSELHO TUTELAR | | 2015 - PERMANENTE |
| PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DAS ESCOLAS E FACULDADES DO MUNICÍPIO NO EVENTO DO ITEM 12.2 (ANTERIOR)  COM PREMIAÇÃO PARA APENAS UMA INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL. |  | REALIZAR TODO MÊS DE JULHO (POR OCASIÃO DO ANIVERSÁRIO DO ECA) UM EVENTO DE DSICUSSÃO DO ECA E REALIZAR PREMIAÇÃO DAS MELHORES IDEIAS. O CONCURSO DEVE SER PUBLICADO EM FEVEREIRO E RECEBER AS IDEIAS ATÉ MAIO; AS MESMAS SERÃO JULGADAS EM JUNHO E AS CAMPEÃS PREMIADAS EM JULHO. | | CMDCA / REDE / CONSELHO TUTELAR | | 2016 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
|  |  |  | |  | |  |
| **EIXO 5 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES** | | | | | | |  |
| **Diretriz 13 – Cooperação internacional e relações multilaterais para implementação das normativas e acordos internacionais de promoção e proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente.** | | | | | | |  |
|  | **ETAPA** |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 13.1 - Incluir cláusulas de proteção aos direitos da criança e do adolescente nos acordos multilaterais.** | | | | | | | 1 |
| **META:** | **ETAPA** | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| ARTICULAR COM O GESTOR EXECUTIVO MECANISMOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE NORMATIVAS DE PROMOÇÃO, PROTEÇÃO E DEFESA DCA, NOS CONTRATOS, CONVÊNIOS E CONSÓRCIOS EFETIVADOS PELO MUNICÍPIO. |  | REALIZAR REUNIÕES COM OS REPRESENTANTES DA PREFEITURA PARA ELABORAR CLAUSULAS DE CONSCENTIZAÇÃO E GARANTIA DE DIREITOS DCA.  UMA VEZ ESTIPULADAS AS DIRETRIZES, APROVÁ-LAS EM PLENÁRIA E PUBLICIZAR. | | COMISSÃO DE ARTICULAÇÃO POLÍTICA(CMDCA) / REDE CRIANÇA | | 2015 - PERMANENTE |
|  |  |  | |  | |  |
|  |  |  | |  | |  |
| **Objetivo Estratégico 13.2 - Desenvolver de parcerias e cooperação técnica entre Estados para implementação da Convenção dos Direitos da Criança e Adolescente.** | | | | | | | 1 |
| **META:** |  | **AÇÕES** | | **RESPONSÁVEL** | | **PRAZO** |
| PROMOVER O INTERCÂMBIO E A PARCERIA COM MUNICÍPIOS VIZINHOS PARA A COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE CONSELHOS DE DIREITOS, TUTELARES E ASSISTÊNCIA SOCIAL QUE VISEM O BEM ESTAR E O DESENVOLVIMENTO SADIO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES QUE TRANSITAM EM SUAS JURISDIÇÕES. |  | REALIZAR REUNIÕES COM OS REPRESENTANTES DOS CONSELHOS DE DIREITOS E TUTELARES DOS MUNICÍPIOS VIZINHOS. | | CMDCA, CT, REDE CRIANÇA/CMAS | | 2016 - PERMANENTE |

**XIII. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Constituição Federal de 1.988 e o art. 4º, par. Único, alínea “d” da Lei Federal nº 8.069/1.990 - Estatuto da Criança e do Adolescente, preconizam que a criança e o adolescente são prioridade absoluta, e isto pressupõe a efetiva “*destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção à criança e ao adolescente*”.

Tais recursos devem estar previstos nos orçamentos das diversas Políticas Públicas, nas unidades Orçamentárias denominadas Fundos Especiais, respeitando ao disposto no art.74, da Lei Federal nº 4.320/1.964, art.260, §4º, da Lei Federal nº 8.069/90 e somados às disposições gerais da Lei nº 8.429/92, para financiar a operacionalização das ações deliberadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve desencadear o processo de reordenamento da rede de serviços afetas às crianças e adolescentes de forma continuada, para adequação em conformidade a legislação em vigência, promovendo capacitação com temáticas tais como desabrigamento, o plano de convivência familiar, SINASE na busca constante da qualificação e profissionalização das ações desenvolvidas para esse público.

Um outro grande desafio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é conduzir no Município o processo de implementação das ações articuladas na perspectiva da complementaridade entre as diversas Políticas Públicas, bem como entre os serviços governamentais e não governamentais, na operacionalização das prioridades.

Cabe ainda ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, também gestionar junto a Instância Estadual de forma continuada, efetivação do co-financiamento das políticas públicas, principalmente no âmbito dos serviços da Proteção Social Especial.

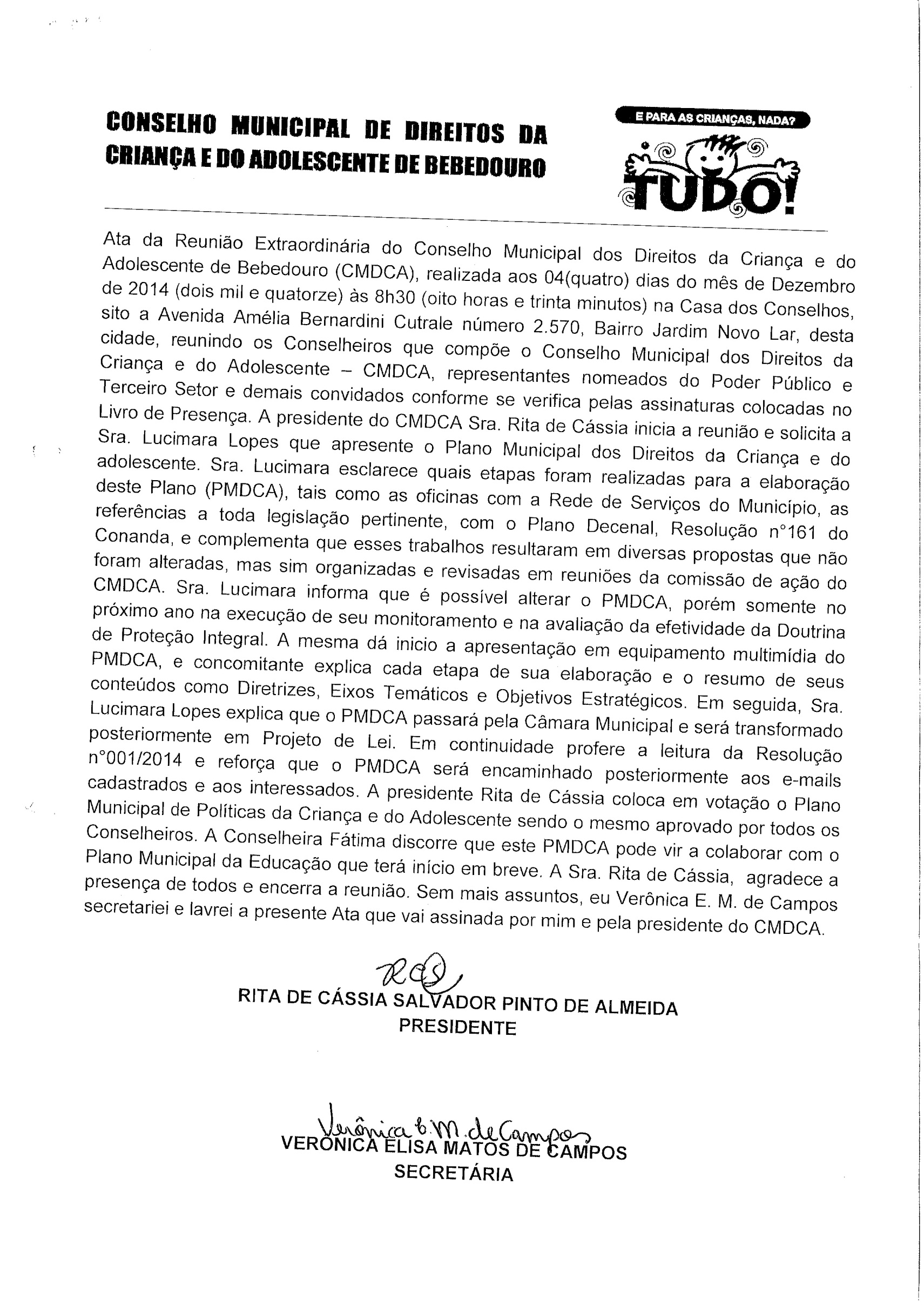
É importante considerar que o Município apresenta grande potencial para captação de recursos provenientes da destinação da parte do Imposto de Renda Devido ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. Para ampliar a captação, há que se fortalecer as campanhas e modernizar o sistema de prestação de contas a população, inclusive dos resultados gerados na qualidade de vida das crianças e adolescentes beneficiadas com o investimento. E que, esse recurso possa ser investido mais em ações que promovam a melhoria da qualidade do atendimento a esse público e suas respectivas famílias.

As prioridades apontadas nesse Plano devem ser expressas nos instrumentos de Planejamento do recurso público, ou seja, no Plano Plurianual a ser elaborado em 2.013, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual de cada ano, correspondente ao período de 2.014 a 2.017, em conformidade as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, com vistas a consolidação do Orçamento Criança.

Portanto, há muito a ser construído no Município, para superar os grandes desafios que se encontram expostos na sociedade, sejam elas para reduzir os índices de violência na família e fortalecer os vínculos familiares; para prevenir contra a iniciação no ato infracional; para extinguir a incidência de evasão escolar e garantir a escolarização e formação educacional para todos; promover a interrupção do ciclo da pobreza e a construção de um novo projeto de vida para a família, etc.

No entanto, é fundamental considerar também a importância da composição deste órgão com conselheiros que estejam comprometidos com a causa das crianças e adolescentes e executem as respectivas atribuições com afinco para promover o fortalecimento desse órgão. Para isso faz-se necessário garantir a “capacitação/formação” de futuros conselheiros, antes do pleito na ocasião da Conferência Municipal, mediante a socialização constante das informações junto ao segmento e a mobilização e a participação da sociedade nas reuniões do CMDCA.

Bebedouro, 04 de Dezembro de 2014

****